

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

THALLES MARTINS SOARES CARLOS

**AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DA
ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.**

Campos dos Goytacazes, RJ

2018

THALLES MARTINS SOARES CARLOS

**AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DA
ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharelado em Geografia

ORIENTADOR: Prof. Dra. Erika Vanessa Moreira Santos

Campos dos Goytacazes, RJ

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BIF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S676a Soares carlos, Thalles Martins
AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS : UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DA
ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ. / Thalles Martins Soares
Carlos ; Erika Vanessa Moreira Santos, orientadora. Campos
dos Goytacazes, 2018.
57 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional,
Campos dos Goytacazes, 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Feiras urbanas. 3. Campos dos
Goytacazes. 4. Política Pública.
I. Moreira Santos, Erika Vanessa, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III.Título.

CDD -

THALES MARTINS SOARES CARLOS

**AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DA
ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
Bacharelado em Geografia, como
requisito parcial para conclusão do
curso.

Aprovada em 17 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora) - UFF



Profª. Drª. Maria do Socorro Bezerra de Lima- UFF



Profª. Ms Katarina da Silva Ribeiro - UFF

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus,

Agradeço à minha mãe Anita Martins e minha avó Maria Martins por todo amor e ensinamento. Ao meu irmão Thiago Martins por estar sempre ao meu lado. Ao meu pai João Wanderley, em memória, agradeço todos os dias por ter vivido com uma pessoa tão amável e carinhoso como senhor, Pai. Te amo eternamente.

Agradeço à minha orientadora Erika Vanessa Moreira Santos, por toda paciência, sugestões e indicações que contribuíram, decisivamente, para meu aprendizado. A professora. Maria do Socorro B. Lima por ser essa educadora e pessoa maravilhosa, que não mede esforços para ensinar aos seus alunos e orientandos.

Agradeço a todos meus amigos da faculdade, em especial, Juliana Jordão, Renata Almeida e Yuri Sombra. Por fazer a universidade mais divertida.

Gratidão aos agricultores e feirantes da feira da roça que possibilitaram essa pesquisa.

Aos professores do curso de Bacharelado em Geografia da UFF Campos, que, ao longo do curso de Geografia, sempre demonstraram muito carinho e atenção com os alunos.

RESUMO

A feira da roça é um espaço de relações econômicas e sociais, onde trabalha agricultores familiares, pescadores e feirantes na praça da República no centro de Campos dos Goytacazes, RJ. A proposta do trabalho é argumentar que a feira da roça é um local de comercialização indispensável para o desenvolvimento da economia local para os produtores rurais do município. A monografia tem o objetivo de conhecer a história, o funcionamento, a estrutura, e os aspectos socioeconômicos dos agricultores presentes na feira, estabelecendo etapas desenvolvidas através da realização dos seguintes procedimentos metodológicos: leitura bibliográfica sobre a temática da monografia; trabalho de campo; realização de entrevistas; aplicação de questionários e acompanhamento como pesquisador da feira. A pesquisa elucida a origem e a gestão da feira da roça, tipos de produtos comercializados, distribuição espacial dos agricultores, renda média e os principais desafios encontrados pelos agricultores participantes da feira.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Feira da Roça; Comercialização Local

ABSTRACT

The farm fair is an area of economic and social relations, where family farmers, fishermen and farmers work in the square of the Republic in the center of Campos dos Goytacazes, RJ. The proposal of the work is to argue that the farm fair is an indispensable commercial place for the development of the local economy for the rural producers of the municipality. The monograph aims to know the history, functioning, structure, and socioeconomic aspects of the farmers present at the fair, establishing stages developed through the following methodological procedures: bibliographical reading on the subject of the monograph; fieldwork; conducting interviews; application of questionnaires and follow-up as a researcher of the fair. The research elucidates the origin and the management of the farm fair, types of products traded, spatial distribution of farmers, average income and the main challenges encountered by farmers participating in the fair.

Keywords: Family Farming; Farm Fair; Local Marketing

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROFER- Associação dos Produtores rurais da Feira da Roça

CAMPOS- Campos dos Goytacazes, RJ

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NERU- Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

P. A- Projetos de Assentamentos Rurais

PAA- Programa Nacional de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFF- Universidade Federal Fluminense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Campos dos Goytacazes, RJ.....	30
Figura 2: Mapa de Localização da Feira da Roça e das Feiras dos bairros em Campos, RJ.	38
Figura 3: Foto da Feira da Roça.	39
Figura 4: Barraca da Feira da Roça.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro.	33
Gráfico 02: Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.....	41
Gráfico 03: Estado civil dos agricultores entrevistados.....	42
Gráfico 04:Familiares dos agricultores entrevistados que trabalham na Feira da Roça.	42
Gráfico 05: Tempo de trabalho dos entrevistados na Feira da Roça	43
Gráfico 06: Renda Proveniente da Feira da Roça por mês.	44
Gráfico 07: Outras rendas dos entrevistados na feira da roça.	44
Gráfico 08: Se produz todos os produtos comercializados na Feira da roça.....	45
Gráfico 09: O agricultor(a) Utiliza Algum Tipo de Pesticida/Agrotóxico na Produção.	46
Gráfico 10: O Agricultor utiliza Algum Maquinário na Produção.....	46
Gráfico 11: Número de agricultores beneficiário de algum programa governamental.	47
Gráfico 12: Principais Dificuldades em Trabalhar Na Feira da Roça.	48
Gráfico 13: Para o Agricultor(a) o que Poderia Melhorar na Feira da Roça	49
Gráfico 14:O Agricultor(a) trabalha em outras feiras.....	49

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Principais canais de comercialização acessados pelos agricultores familiares..	23
Quadro 2: Número de assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes, RJ.....	34
Quadro 3: P.A com Dados da Capacidade e Famílias Assentadas em Campos, RJ.....	35
Quadro 4: Produtos Agrícolas Comercializados na Feira da Roça, 2017.....	38

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 01	16
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL.....	16
1.1 Agricultura familiar: Perspectivas teóricas.....	16
1.2 Pronaf: A valorização da produção e comercialização da Agricultura Familiar	19
CAPÍTULO 2	22
AS FEIRAS COMO CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	22
2.1 Mercados: A importância da comercialização para agricultura familiar.....	22
2.2 Feiras como estratégias de reprodução social e econômica	25
CAPÍTULO 3	30
FEIRA DA ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: PROCESSOS HISTÓRICOS, ORIGEM, TRAJETÓRIA E TRABALHO DE CAMPO.	30
3.1 Campos dos Goytacazes: História e Atualidade	30
3.2 Campos dos Goytacazes: O Declínio das Usinas e a Reforma Agrária	32
3.3 Feira da Roça: Origem e Trajetória.....	36
3.4 Feira da Roça: Resultados da pesquisa empírica	37
Considerações do Trabalho	51
Referenciais bibliográficas	52
APÊNDICES	55

INTRODUÇÃO

As feiras são locais de comercialização dos mais variados produtos, onde ocorrem múltiplas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. As feiras são fenômenos antigos que acontecem em muitos municípios e cidades no Brasil e em diferentes lugares no mundo.

Existem diferentes tipos de feiras, como de carros, artesanatos, músicas, livros, jogos eletrônicos, entre outros. A presente monografia tem como recorte analítico abordar as feiras de produtos agrícolas organizadas pelos produtores rurais. Nessas localidades, podemos encontrar os mais diversificados produtos provenientes da agricultura, tais como, frutas, verduras, legumes e derivados.

As feiras livres podem ser consideradas a expressão de um complexo de relações sociais e econômicas que ocorre dentro de um determinado espaço público. Ela apresenta uma relevância irrefutável [...]

Mesmo competido com espaços de comercialização varejistas organizados como as redes supermercados e hipermercados, as feiras são recurso muito utilizado para o abastecimento doméstico periódico de produtos frescos, que, embora influenciadas pelos movimentos da globalização, e da grande disponibilidade e facilidade dos alimentos industrializados, os alimentos oferecidos na feira livre, são reconhecidos como alimentos de qualidade única (FERREIRA; SANTOS; SANTOS, 2014, p. 688).

O presente trabalho tem como recorte geográfico a feira da roça, que acontece todas as terças e sextas feiras na praça da república no centro do município de Campos dos Goytacazes, RJ. A feira desempenha um papel fundamental no fornecimento de produtos alimentícios para os cidadãos, ao possibilitar aos agricultores a venda da sua produção diretamente aos consumidores.

Nesse sentido, o estudo justifica-se pela relevância da feira da roça como canal de comercialização entre os agricultores familiares e os consumidores. A feira transcende a simples venda de mercadorias, constituindo, portanto, em um espaço alternativo para a reprodução econômica e social dos agricultores familiares e feirantes não só no município de Campos, como em outros lugares no país.

A produção familiar no município destaca-se pela diversidade de produzir e de viver no campo. Nesse contexto, atualmente percebemos uma significativa procura por feiras, justamente pela sua valorização como mercado de produtos da agricultura familiar, que permite a relação direta de venda e consumo de produtos agrícolas tanto *in natura* quanto agroindustrializados.

O objetivo geral desse trabalho é analisar a importância desta atividade comercial, econômica e social que são as feiras, para os agricultores familiares. Dessa forma, o recorte espacial da pesquisa é a feira da roça, que acontece periodicamente na praça da República no município de Campos dos Goytacazes, RJ. Temos como objetivos específicos:

- a) realizar uma breve contextualização teórica sobre o conceito de agricultura familiar, produção familiar e feiras;
- b) compreender o processo histórico de organização e funcionamento da feira da roça;
- c) caracterizar e analisar os aspectos sociais e econômicos dos agricultores/ feirantes entrevistados.

O interesse pelo tema da agricultura familiar e, sobretudo, o estudo das feiras remonta ao período que o autor pode realizar o estágio remunerado por dois anos (2015-2016), junto ao Núcleo de estudos Rurais e Urbanos (NERU), mais especificamente no projeto Sabores da Terra: uma experiência de fomento de novos canais de comercialização para agricultura familiar em Campos dos Goytacazes, RJ, sob a coordenação da Prof.^a Dra. Maria do Socorro B. Lima. A participação no núcleo de estudo, possibilitou um conhecimento ímpar sobre agricultura familiar e assentamentos rurais no município. Também destacamos a participação na feira territorial do Norte Fluminense, no Colegiado Territorial Norte Fluminense e nas atividades nos assentamentos rurais, cuja participação foi fundamental para despertar o interesse pela temática ora apresentada em forma de monografia.

A pesquisa, de cunho qualitativo, foi fomentada com bases nos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e leitura sobre agricultura familiar, feiras, mercados e canais de comercialização; realização de trabalho de campo com observação sistemática, elaboração e aplicação de questionários semiestruturados.

Para Pessôa (2012), a pesquisa qualitativa na geografia permite analisar e compreender os fenômenos aliando o embasamento teórico com o trabalho empírico ao longo do tempo.

Na pesquisa qualitativa, a problemática do tema é o eixo fundamental e norteador da pesquisa. A formulação do problema é a base empírica e fomenta a busca de um corpo teórico que deve orientar e contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço. [...]

Desse modo, na pesquisa qualitativa é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórica

metodológica para decifrar os fenômenos. A ciência é dinâmica e está sempre em processo de mudança à procura de novos resultados (PESSÔA, 2012, p. 11)

A consecução da pesquisa empírica ocorreu na feira da roça, às sextas-feiras dos meses de janeiro e outubro de 2017, onde foram aplicados 30 questionários semiestruturados junto aos feirantes/agricultores familiares. Esses selecionados se dispuseram a responder as questões. Os registros fotográficos foram realizados ao longo desse período, assim como as informações coletadas com a observação sistemática. O questionário se encontra na seção ‘apêndice’ e os resultados foram sistematizados em gráficos e organogramas e, posteriormente, analisados na última parte desse trabalho. Os dados secundários levantados foram obtidos, via internet, de instituições governamentais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os assentamentos rurais no município e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações sobre a demografia e economia do município e dados georreferenciados para confecção de mapas, tabelas e gráficos, acrescenta-se a isso, as notícias veiculadas pelas mídias locais a respeito da organização e funcionamento da feira da roça, dos jornais online *Folha 1 e Ururau*.

A presente monografia está organizada em três capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo, apresenta aporte conceitual sobre agricultura familiar e a relevância das políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para consolidação da produção familiar no país. O segundo capítulo, analisa os mercados, os canais de comercialização e contextualiza, sobretudo, a importância das feiras para reprodução econômica e social dos agricultores familiares. O terceiro capítulo traz uma breve contribuição histórica do município de Campos dos Goytacazes, RJ e expõe os resultados empíricos do trabalho de campo.

CAPÍTULO 01

AGRICULTURA FAMILIAR: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL

1.1 Agricultura familiar: Perspectivas teóricas

Pensar na agricultura familiar reflete sobre uma das atividades econômicas mais antigas do espaço social brasileiro, que tem um papel fundamental para compreender a formação histórica, econômica e cultura do país.

Wanderley (1996) destaca que o ponto de partida para entender o conceito de agricultura familiar no âmbito de uma atividade econômica, é fundada sobre a estrutura de produção, família e trabalho. A autora alerta que não há um único modelo de agricultura familiar, pois a diversidade produtiva na relação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma numerosa variedade de formas sociais.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família/produção/trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1996, p. 2-3).

Neste sentido, Wanderley (2004) propõe que a análise da agricultura familiar seja pautada não em rupturas, mas em processos socioeconômicos contínuos. A autora aponta que tais transformações ocorrem sobretudo, a partir da inserção e integração de novas tecnologias no espaço agrário brasileiro, que ocasiona mudanças na estrutura produção/família/trabalho/da agricultura familiar.

Essas mudanças que ocorrem na estrutura de produção da agricultura de base familiar, acarreta transformações nas relações de trabalho e produtividade. Um novo ritmo de trabalho e intensidade produtiva, principalmente por hoje existe maquinas, sementes artificias, insumos e fertilizantes dos solos, que aceleram o ritmo da produção.

A autora defende a ideia da passagem do camponês tradicional para agricultor familiar “moderno”, principalmente a partir das intervenções de políticas públicas para o estímulo da

produção e comercialização do estabelecimento familiar no país, políticas esse que buscam o desenvolvimento social e econômico para meio agrícola (WANDERLEY, 2004, p. 47).

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela (WANDERLEY, 2004, p. 45).

Segundo Wanderley (2004), a organização do trabalho familiar passa por diferentes processos econômicos, políticos e sociais ao longo dos últimos anos, principalmente na década de 1996 no Brasil, com a criação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com isto, o conceito de agricultura familiar é institucionalizado pelas políticas públicas, e passa a ser a mais difundida na seara acadêmica.

Nota-se, de fato, que existe uma mudança de tipologia acerca dos diversos tipos de agricultores presentes no país, principalmente a partir inserção de tecnologias e políticas públicas nas áreas rurais. Diferentes abordagens começam a aparecer sobre o que é essa nova agricultura alinhada aos mercados institucionais e informais. Com isso aparecem várias tipologias de produtores, tais como, empresa familiar, agricultor camponês, pequeno proprietário, produtores do agronegócio, entre outros. Dentro dessa complexidade de estudos, do ponto de vista teórico e empírico, contudo, a perspectiva conceitual da atividade econômica na tipologia da agricultura familiar é mais propagada, quando se estuda as atividades econômicas dos pequenos produtores rurais no país (WANDERLEY, 2004).

Em suma, a agricultura familiar é um conceito que abarca a tríade – terra, trabalho e família na direção, organização e a execução do trabalho nesses estabelecimentos produtivos.

Wanderley (2004) aponta a respeito das transformações atuais sobre o significado da agricultura familiar. E enfatiza, como essa atividade econômica de produção está no palco das discussões sobre o desenvolvimento econômico no meio rural.

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que

a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras (WANDERLEY, 2004, p. 43).

Schneider; Cassol (2013), destacam os principais fatores para pensar sobre a transição que acontece a partir da década de 1990 no que concerne a agricultura familiar. O primeiro fator primordial foi o fim da ditadura militar em 1985, que propícia os movimentos sociais e sindicais retomarem a luta legítima por direito à terra (reforma agrária), que proporciona a busca por acesso aos canais de escoamento da produção, assistência técnica, crédito para produção, criação de mercados institucionais, etc.

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se à três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 5).

O Pronaf foi criado em 1996 em um o conjunto de ação social, econômica e política, que concebe acesso e condição favorável a legitimar e consolidar a agricultura familiar no Brasil. Em outras palavras, incide no reconhecimento da agricultura familiar como o principal agente na produção e na comercialização de alimentos diversificados e de qualidade para os moradores dos espaços urbanos. O modelo de agricultura familiar contrapõe a estrutura produtiva da monocultura, que acarreta consequências para os recursos naturais e humanos no país (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Schneider; Cassol (2013), afirmam que a criação do Pronaf representou um novo momento histórico da intervenção do Estado na agricultura brasileira. Concebendo, a oportunidade ao acesso ao crédito rural, para auxiliar na capacitação produtiva da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares. Os produtores familiares, até então esquecidos das políticas públicas para o campo, tornam-se alvo destas políticas, que demonstra a importância dessa categoria social tem para o Brasil.

Conforme já mencionada, os anos de 1990 marcam o início de um conjunto de renovações sociais, econômicas e políticas, que vão gerar novos espaços favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da produção familiar no Brasil. Um novo momento

de valorização das economias locais, que cria espaços para inserção econômica e social baseadas na agricultura familiar.

1.2 Pronaf: A valorização da produção e comercialização da Agricultura Familiar

O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é uma lei criada em 1996 com decreto presidencial n. (1.946, 28/7/1996), com três principais diretrizes de trabalho: capacita a produção e comercialização dos agricultores familiares; apoiar a parte técnica e financeira para o desenvolver de associações e cooperativas; dar acesso ao crédito rural para investir na modernização da produção, direcionados aos produtores familiares. O Pronaf é um mecanismo institucional que tem como objetivo geral, qualificar a estrutura produtiva da agricultura, e prover a geração de renda para os trabalhadores rurais.

Mattei (2014) mostra a importância do projeto que tem início na década de 1990 e, salienta que não existia nenhum tipo de política pública, com amplitude nacional, voltada ao atendimento das necessidades inerentes atividade econômica dos agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de caráter puramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia governamental brasileira.

Neste cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI, 2014, p. 83-84).

Dessa forma, a constituição do Pronaf representa a consolidação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria de atividade econômica – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI, 2014).

Segundo Schneider; Mattei; Cazella (2004), essas ações operacionais institucionais são os principais objetivos do Pronaf, para alavancar o desenvolvimento da produção familiar no país.

a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) Financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3).

Em relação ao público-alvo, Schneider; Mattei; Cazella (2004), acrescentam que o projeto tem objetivo específico de atender os pequenos produtores familiares. Explicando as diferenças dos grupos que a lei visa contemplar.

O programa atende especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 4).

Guanziroli; Buainain; Di Sabbato (2012), expõem as diferenças dos agricultores familiares para os não familiares, segundo as seguintes condições: a) a organização do trabalho no estabelecimento é exercida pelo proprietário/produtor; b) o trabalho familiar é maior que o trabalho contratado.

Deve-se lembrar que ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares, trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção.

Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012, p. 352).

Guanziroli; Buainain; Di Sabbato (2012), reafirmam a posição das políticas públicas na classificação dos agricultores familiares perante a nova lei (Lei n. 11.326 de 2006), criada e implementada.

Do ponto de vista legal (Lei n. 11.326 de 2006), agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que cumpre os seguintes quesitos: I – não deter área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III – a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e IV – o estabelecimento ser dirigido pelo agricultor (a) com sua família (art.3) (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012, p. 352).

Cassol; Schneider (2013) trazem dados do Censo Agropecuário de 2006, para defender e comprovar que a produção familiar é importante para abastecimento do mercado interno no Brasil, pois, 70% dos alimentos que chega à mesa dos Brasileiros são produzidos pela agricultura familiar¹. Desse montante, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil, são oriundos da produção familiar. Na pecuária, a proporção é 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país são de estabelecimentos familiares. Em âmbito nacional, a agricultura familiar emprega 74% das pessoas que trabalha na agropecuária².

Segundo Cassol; Schneider (2013), a agricultura familiar corresponde 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários (CASSOL; SCHNEIDER, 2013).

Os dados desses autores mostram que a produção familiar é tida como a principal atividade econômica de muitas regiões da nossa nação e precisa ser fortalecida, pois a gama de oportunidades para os produtores no que tange a empregabilidade e renda é muito importante. É preciso garantir-lhes acesso fácil ao crédito, condições e recursos tecnológicos para a produção e manejo de seus estabelecimentos, bem como garantias de comercialização da sua produção agrícola (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

¹ Dados disponíveis < www.mds.gov.br > acesso em: 3 de julho de 2018.

² Dados disponíveis < www.mds.gov.br > acesso em: 3 de julho de 2018.

CAPÍTULO 2

AS FEIRAS COMO CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Neste capítulo apresento uma análise sobre mercados e canais de comercialização. Os Mercados e canais de comercialização são espaços de relações comerciais, favoráveis às condições para a venda de produtos de bens e serviços, com foco neste capítulo para produtos agrícolas provenientes da agricultura familiar. Também podemos abranger como sendo local mediante a qual os ofertantes (vendedores) e os demandantes (consumidores) estabelecem uma relação comercial com o fim de realizar transações, acordos ou trocas mercantis. Assim, considerando o interesse desta pesquisa, optou-se por estudar o desenvolvimento econômico a partir da importância dos mercados para os produtores familiares, com destaque para a feira sendo mercado norteado da pesquisa.

2.1 Mercados: A importância da comercialização para agricultura familiar

Segundo Sepulcri; Trento (2010), os agricultores familiares buscam, por meio dos contatos, estabelecer canais de comercialização na expectativa de melhoria na qualidade da produção e na comercialização. A busca por canais de comercialização permite auferir resultado monetário e garantir, portanto, sua estabilidade econômica e social na geração da renda familiar.

O acesso ao mercado e à comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar constitui um dos principais gargalos dessa categoria de produtores. A escolha do mecanismo de comercialização envolve ações que se adaptem à pequena escala, ao tipo de qualificação do trabalho, ao relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços e à existência de estratégias competitivas. O processo de comercialização tem início com a produção, mas não se limita a isso, passando pelo beneficiamento, embalagem, compra, venda e atividades de logística. Essa dinâmica de produção, para permanência no mercado, implica que os produtores tenham volume, qualidade, diversidade e regularidade de oferta, pois os consumidores precisam se alimentar diariamente e os fornecedores devem estar estruturados para isso (SEPULCRI; TRENTO, 2010, p. 7).

Para Sepulcri; Trento (2010) é importante estabelecer uma relação intrínseca entre os mercados e os agricultores familiares estão inseridos. Para compreender tal realidade sobre os mercados acessados pelos agricultores, a produção familiar deve ser vista, “ buscando produtos adequados ao consumidor, diferenciados e pouco suscetíveis a economia de escala. Uma das estratégias dos produtores de gerar ou agregar valor está relacionada a formas associativas de organização” para auxiliar na inserção dentro dos diferentes tipos de

mercados (SEPULCRI; TRENTO 2010, p. 7).

Santos; Ferreira; Santos (2014) relatam que existem quatro principais canais de comercialização acessados pelos agricultores familiares no país, são eles: comercialização direta ao consumidor, relação de venda com o agronegócio processador, negócio para o setor de distribuição e mercados institucionais. No quadro 1 é representado as definições desses canais de comercialização.

<p>Vendas diretas: todas as operações de entrega direta do produto pelo produtor ao consumidor final, tais como: entregas em domicílio, feiras livres, feiras especializadas e eventos comerciais promocionais, lojas de produtores, vendas na propriedade.</p>	<p>Vendas para distribuição: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação.</p> <p>Integração vertical: venda de produtos como matéria prima para beneficiamento pelo comprador (leite, fumo, tomate, suínos e aves etc.).</p>	<p>Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA, Lei nº10.696 de 2 de julho de 2003).</p>
--	---	--

Quadro 1: Principais canais de comercialização acessados pelos agricultores familiares.

Fonte: SANTOS; FERREIRA; SANTOS, 2014.
Org. Thalles Martins

A venda direta dos produtos é realizada em mercados onde os produtores levam suas mercadorias para comercializar sem o intermediário, tais estratégias envolvem, necessariamente, a organização de feiras, entrega residencial, formação de rede de consumidores etc. No sistema de venda vertical, o produtor comercializa a matéria prima para o processamento, por exemplo, comercialização de frutas para o processamento industrial nas empresas de suco e a de leite para produção de queijo. Nas vendas para distribuição, são geralmente guiadas pela demanda de atravessadores ligados à redes de supermercados, restaurantes, varejistas, entre outros. Nos mercados institucionais, fomentados via políticas públicas, há uma busca de iniciativa para fortalecer a comercialização da agricultura familiar no país, os principais são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde tem abertura de editais específicos para produtores familiares.

Portanto, a escolha do canal de distribuição para a venda dos produtos pelos agricultores familiares, passa a ser, uma das principais estratégias de reprodução econômica. Entre os canais de distribuição citados de venda direta, integração vertical, distribuição e mercados institucionais, as feiras livres têm ganhado notoriedade para a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, em relação ao setor varejista. A escolha da feira deve-se ao fato dessa por apresentar uma relação mais direta com o consumidor e uma melhor rentabilidade dos produtos comercializados nesse canal. A relação estabelecida com a venda direta entre o agricultor e o consumidor possibilita a redução dos custos da comercialização, fazendo com que as feiras se coloquem como mercados potencialmente mais eficientes para os agricultores familiares, além de favorecer uma proximidade e a troca de experiências entre os agricultores- agricultores e agricultores- consumidores (SANTOS; FERREIRA; SANTOS 2014).

Para Cassol; Salvate; Schneider (2016) as relações mercantis presentes nas feiras fazem parte de um conceito de mercados socialmente construídos, que estabelece a partir da construção social dos agricultores junto as esferas de poder dos órgãos públicos.

Os atores sociais, que são os produtores familiares e feirantes, fazem desse espaço de relação econômica a feira, estão ativamente participantes no processo de criação e organização, mesmo em uma economia amplamente mercantilizada como a atual, as estruturas não capitalistas e não inteiramente mercantis são capazes de se permanecer e se reproduzir. O senso de cooperação, de assistência e de convivência persiste e resiste mesmo nos ambientes de competição e orientados ao lucro. Os mercados imersos são mercados socialmente construídos, se organizam a partir de interações sociais que ocupam espaços concretos, representando o esforço desses atores sociais, para comercializar sua produção (CASSOL; SALVATE; SCHNEIDER, 2016).

A literatura sobre mercados nas ciências sociais tem convergido sobre o pressuposto de que toda ação econômica de troca ou intercâmbio encontra-se imersa em mecanismos sociais e culturais que dão sentido e significado aos modos e formas através das quais os atores interagem para transacionar seus bens. Cada vez mais, reconhece-se o peso das relações sociais e das origens culturais como orientadores da ação econômica e, portanto, a sua influência na estruturação dos mercados. É em torno dessa convergência que se estabelece o marco central do debate atual sobre o entendimento dos mercados como construções sociais. Isso se traduz na assertiva de que os mercados emergem das interações sociais entre os atores e os arranjos coletivos de gestão e manutenção das transações econômicas e do intercâmbio mercantil. Não obstante, mesmo que seja correto afirmar que todos os mercados se encontram imersos em relações sociais – como regras, normas e convenções mobilizadas e compartilhadas coletivamente – não se pode dizer que todos os mercados são socialmente construídos (CASSOL; SALVATE; SCHNEIDER, 2016, p. 314-315).

Cassol; Salvate; Schneider (2016) defende que os mercados socialmente construídos, são denominados mercados imersos. Existe uma disparidade significativa que é necessário ser esclarecida. Existem vários tipos de mercados de alimentos, roupas, crédito financeiro e outros que se caracterizam pela oferta e procura mediados por preços relativos ou outros dispositivos, tais como registros formais. Estes são, portanto, mercados convencionais, aqui entendidos como aqueles que representam a corrente habitual, dominante e hegemônica. Estes mercados não são resultado de estruturas e organizações sociais compartilhadas coletivamente e construídas através de interações em contextos institucionais específicos. Estes mercados operam e funcionam segundo regras, normas e convenções formais que se ordenam e coordenam pelo mecanismo dos preços (CASSOL; SALVATE; SCHNEIDER, 2016).

Os mercados socialmente construídos, ao contrário, são o resultado direto e concreto da interação social entre agentes, não havendo uma convenção, regra ou norma prévia que delinea o caminho ou o ritual a ser seguido pelos que participam no processo de sua construção. A construção social é um processo dinâmico, que se movimenta em sentido espiral, às vezes retroage antes de avançar, gera contradições, demanda acordos, negociações e os consensos podem ser revistos e reavaliados. Uma construção social repete, portanto, o modo de ser dos humanos quando interagem entre si e buscam criar sentido para sua ação. Os mercados socialmente construídos são, portanto, instâncias, Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil espaços e momentos em que ocorre a interação social entre indivíduos que buscam realizar trocas de mercadorias, produtos e serviços visando atender interesses variados (CASSOL; SALVATE; SCHNEIDER, 2016, p. 315-316).

Defendemos nesse trabalho com base nos referidos autores, as feiras são mercados não convencionais, pode-se aprofundar o estudo sobre os interesses e estratégias utilizadas na construção deste mercado e a importância destes espaços de relações comerciais para feirantes agricultores. Pois, as feiras de produtos agrícolas são organizadas e geridas pelos produtores rurais, que em sua grande maioria tem ajuda para se estabelecer nos locais públicos juntos as prefeituras municipais. Esses canais de comercialização representam um frutífero meio para desenvolvimento econômico e social para os pequenos produtores familiares em todo país. “Assim, a construção do mercado da Feira passa a se dar sobre o estabelecimento de uma rede de instituições e atores que se uniram no intuito de proporcionar aos habitantes do município o acesso a alimentos locais e com maior qualidade” Cassol; Salvate; Schneider (2016, p. 332).

2.2 Feiras como estratégias de reprodução social e econômica

Os alimentos saudáveis, frescos e de boa qualidade são alguns dos principais motivos que levam consumidores a irem as feiras de produtos agrícolas. As feiras não são um

fenômeno novo no Brasil, pois estão presentes em muitas cidades, sendo complexo realizar a sua datação de origem. A feira é o lugar da comercialização, dos fluxos de mercadorias e de pessoas.

As feiras têm origem antiga, sendo umas das formas de comércio mais remotas, resultando na difícil datação e do período exato do seu surgimento. As suposições mais prováveis para o aparecimento das feiras estão inerentes à necessidade de fornecimento e a troca de excedentes da produção nos centros que se estabeleciam em aglomerações em determinados locais específicos, em tempos pretéritos. As feiras foram datadas em diferentes lugares na antiguidade, tais como, nas sociedades árabes, romanos, chineses, gregos e romanos (MOREL; REZENDE; SETTE, 2015).

Essa forma de organização se mantém no decorrer do tempo, com mudanças em sua estrutura, pois é o modo mais antigos de comércio, onde as relações mercantis são feitas de maneira direta e a forma de pagamento geralmente é a vista.

A feira não é simples local de comercialização de mercadorias, mas também é um espaço público na qual as relações de troca de experiências e saberes , sendo um lugar de importância fundamental para produção e reprodução de práticas sociais.

Na feira é bem comum encontrar além da comercialização dos mais diversos produtos, apresentações musicais, grupos de dança, um local de encontro de troca de saberes, política e cultura.

Ainda que com o passar do tempo as feiras livres tiveram seu espaço reduzido pelo crescimento de outros canais de comercialização, como os supermercados, observa-se que, ainda hoje, este canal desempenha um papel fundamental na consolidação econômica e social da agricultura familiar, sob a perspectiva do feirante, e socioeconômico cultural, sob a perspectiva do consumidor (MOREL; REZENDE; SETTE, 2015, p. 44).

Segundo Mascarenhas; Dolzani (2008, p. 75), no Brasil, as feiras são “a modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para distribuição local de alimentos gêneros alimentícios e produtos básicos. ”

Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes [...] desempenhando ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas adversas que tiveram que enfrentar nesses últimos 30 anos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 75).

A feira da agricultura familiar normalmente organizada em locais públicos e

estratégicos, como praças, parques, ruas etc., tem o tradicional estilo de comércio, com a estrutura montada no dia da feira. Geralmente, a feira não tem uma estrutura fixa, mas tem periodicidade semanal (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

Também é necessário enfatizar as feiras agrícolas como espaço de atuação para o mercado de trabalho. Para os agricultores familiares que organizam, a feira representa a principal fonte de renda familiar.

Todo esse conjunto de propriedades e singularidades faz da feira livre um canal que garante aos produtores rurais a comercialização da sua produção, que de outra forma seria difícil nesse tipo de economia de pouca liquidez e que proporciona aos consumidores, a garantia de abastecimento regular, de qualidade e, em especial, adaptado aos seus hábitos alimentares (MOREL; REZENDE; SETTE, 2015, p. 45).

Grimm; Sampaio; Procopick (2018) ressaltam a valorização desses espaços alternativos de reprodução econômica e geração de empregos. Representando a importância de os espaços das feiras para os agricultores terem autonomia do seu trabalho, dentro da produção e comercialização. Não ficando refém dos atravessadores e grandes empresas que capitam os produtos agrícolas para produção de produtos industrializados.

Nesse contexto, como espaços de intensa interação humana, as feiras, desde a antiguidade, têm desempenhado papel fundamental como canais de comercialização agrícolas e artesanais, constituindo-se em importantes arranjos sócio produtivos que absorvem mão de obra com diferentes níveis de qualificação. São atividades que, para alguns, representam opções mais importantes que aquelas oferecidas pelo mercado, possibilitando bons níveis de renda e autonomia para condução das próprias vidas em condições[...] feiras livres apresentam relevância por serem importantes fontes de renda familiar, cujos membros não se inseriram no mercado de trabalho via empregos, sendo a feira livre, em sua complexidade de relações sociais e econômicas, uma das poucas alternativas de sobrevivência (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018, p. 36).

A organização desse espaço por agricultores e feirantes, preenche um papel importante na comercialização de produtos mais saudáveis que os industrializados. Segundo Dourado (2012, p. 3):

De acordo com nossa leitura da realidade, estes espaços têm desempenhado importante papel para o agricultor e para as populações com menor poder aquisitivo por três motivos principais: primeiro, por constitui-se um espaço na qual o campesinato pode comercializar os produtos do trabalho familiar na produção agrícola, na pecuária e no artesanato, de obtém recursos para comprar aquilo que não produzem. Destaca-se ainda que estes espaços assumiram nova dinâmica nos últimos anos em função da importância e valorização da produção de alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos [...] A criação de muitas feiras livres nos últimos anos é resultado de lutas travadas pelos movimentos sociais, como uma das pautas de reivindicação em defesa da produção de alimentos pela agricultura familiar de maneira autônoma e sem uso de agrotóxicos (DOURADO, 2012, p. 3).

É neste contexto de alimentos mais saudáveis e na valorização de produtos menos industrializados, que as feiras têm se fortalecido na atualidade. Esse cenário abarca a comunidade mundial na tentativa de criar ações para superar a própria modernidade, pois, na medida em que a população das cidades e o consumo aumentam, a questão socioambiental exige soluções inovadoras capazes de influenciar no planejamento e na tomada de decisões neste cenário contemporâneo em relação ao consumo, com o desgaste dos recursos naturais (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018).

Cassol, Schneider (2015), ao analisar a feira do pequeno produtor em Passo Fundo R.S., trazem o conceito de circuito curto para o debate acerca da revalorização da produção agrícola local. Principalmente, com o emergente debate sobre qualidade da produção e comercialização de alimentos nos centros urbanos.

A característica central das cadeias curtas de produção e comercialização está relacionada à distância física de extensão e percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos[...] Na prática, as cadeias curtas acabam formando redes alimentares alternativas ao modo convencional, pois são formadas por produtores, consumidores e outros atores que buscam “alternativas” ao modo industrial de abastecimento alimentar. Essas redes referem-se a agentes que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, distribuição e consumo dos produtos alimentares. Como principais características, esses tipos de cadeias agroalimentares engendram diferentes relações com consumidores e podem envolver diversas convenções e construções de qualidade, embasadas no enraizamento social, hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 150-151).

A organização das feiras agrícolas compõe a economia urbana como parte do circuito curto de produção e comercialização. Principalmente, porque os agentes da ação, são locais da região aonde ela se realiza. Tem o caráter fundamental, para entender a importância da feira no desenvolvimento da economia local (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Segundo Bava (2012), para compreender o conceito do circuito curto, é necessário entender o circuito local de produção e consumo. Entendemos, com base em Bava (2012), que o circuito curto envolve encurtamento entre os locais de produção e de consumo, a distribuição de recurso para os micro e pequenos produtores, redução da escala de transporte percorridas pelo produto, entre outros aspectos.

Os circuitos curtos buscam que a produção e o consumo, sempre que possível, se dê no mesmo território, beneficiando sua cidade ou região. Não se trata apenas de encurtamento de distâncias, mas de estruturar uma economia de empresas locais, pequenas e grandes, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem pouco capital e utilizem baixa tecnologia, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares.

Esta abordagem, centrada no fortalecimento dos circuitos curtos de produção e consumo, é resultante dos ensinamentos de uma longa trajetória de experiências nascidas na sociedade civil, que são fruto das práticas de resistência e das iniciativas de movimentos sociais e redes de cidadania na busca por soluções para se enfrentar os problemas da pobreza no Brasil. Os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (BAVA, 2012, 181-182).

Os circuitos curtos de produção e consumo trazem consigo uma nova proposta de organização da economia local. É fundamental o fortalecimento do circuito curto, com apoio e consolidação das feiras, pois possibilita novos mercados, representando um espaço muito importante para consolidação econômica e social para produtor familiar. De toda maneira, é uma proposta que favorece os atores daquele lugar, os trabalhadores rurais e moradores daquele território (BAVA, 2012).

CAPÍTULO 3

FEIRA DA ROÇA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: PROCESSOS HISTÓRICOS, ORIGEM, TRAJETÓRIA E TRABALHO DE CAMPO.

3.1 Campos dos Goytacazes: História e Atualidade

O município de Campos dos Goytacazes está localizado ao Norte do estado do Rio de Janeiro, com a maior extensão territorial do estado, segundo IBGE sua área é de 4 026,696 Km². Atualmente, o município tem aproximadamente cerca de 500 mil habitantes, o que caracteriza a maior densidade demográfica fora da Região Metropolitana do Estado³.

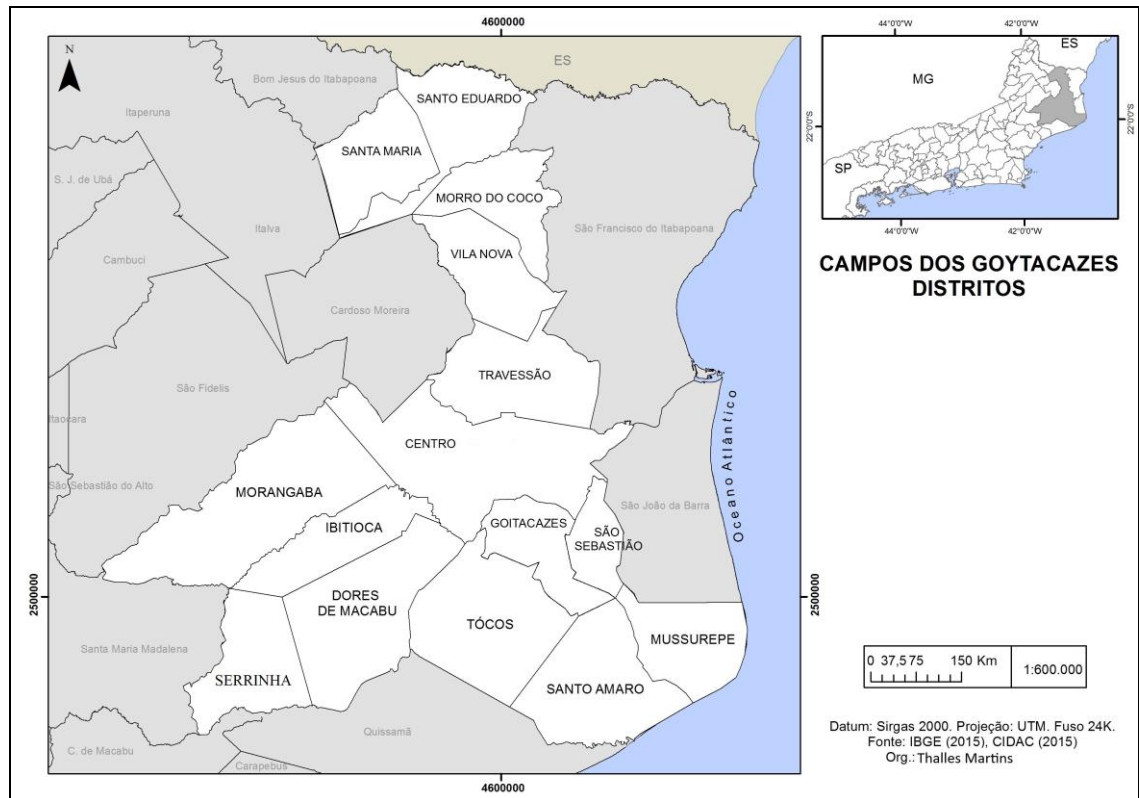


Figura 1: Mapa de localização de Campos dos Goytacazes, RJ.

O mapa 1, mostra a localização do município de Campos dos Goytacazes na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. A economia regional foi baseada primeiramente na produção de açúcar e na pecuária. A ascensão do cultivo de cana-de-açúcar que se consolida a partir do século XVII e inicia o seu declínio em meados do século passado

³ Dados retirados do site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes> < acesso 11/11/2018>.

ainda hoje apresenta traços na estrutura social, cultural e política da região. A elite agrária formada pelos barões da cana, ainda exerce autoridade no quadro territorial e econômico, estabelecendo-se diferentes conflitos sociais e agrários (PINTO 1995).

Pinto (1995) assinala que o início da produção da cana de açúcar no município começa no século XVII, surgindo na cidade as primeiras lavouras de cana. Esse tipo de cultura se estabeleceu no espaço campista, principalmente pelo fator do sítio do município se basicamente uma área de planície, com seus solos argilosos e úmidos o que facilita a lavoura da cana.

A produção de açúcar predominou por quase dois séculos no município, cujo declínio se deu a partir da década de 1960.

No chamado período 1964/70 Campos consolidaria o nível de 8 milhões de sacos; dobraria a produção de aguardente e saltaria dos 30 milhões de litros de álcool do anidro e do tipo hidratado, para 40 milhões no final da década. [...]

Mas se os números impressionavam pelo qualitativo, a realidade do chamado tempos revolucionários, foram muito difíceis. A agroindústria açucareira de Campos passaria por uma das mais terríveis crises, tanto do ponto de vista do excesso de produção, como falta de financiamentos adequados, como também a de ter tido preço oficiais totalmente fora da realidade. É de se avaliar que com uma inflação da ordem de 100 por cento ao ano, desorganizar-se-ia o país. No bojo da desordem econômica em 64, surgiria uma revolução armada sem precedentes. Sem dar tiros, a chamada Revolução de Março de 64, foi terrivelmente madrastra com agroindústria açucareira nos anos 64, 65, 66 e 67. Tudo que se havia conquistado em termos de preços e financiamentos, desmoronara e deixara a descoberto feridas incuráveis, entre elas, uma desunião de classes como jamais tinha havido (PINTO, 1995, p. 242-243).

Segundo Gonçalves (2012), com a falência das usinas, os trabalhadores se organizaram em sindicatos rurais.

Com a falência das usinas e extinção dos seus postos de trabalho, os trabalhadores envolvidos na agroindústria sucroalcooleira, foram obrigados a ajustar-se, improvisadamente, aos tipos de trabalhos na zona urbana. Mas, com desqualificação profissional, os ex boias frias passaram a fazer parte da categoria dos desempregados que já existia na cidade, e agravaram, ainda mais, o problema da pobreza nas periferias campistas. Segundo os agentes da comissão pastoral da terra de Campos dos Goytacazes, atualmente, mais de 8.000 funcionários de usinas fechadas que estão aguardando o recebimento de seus direitos trabalhistas (GONÇALVES, 2012, p. 58).

Neves (1997) traz a análise do processo do primeiro assentamento rural em Campos, o Novo Horizonte, onde os antigos empregados da usina começaram a reivindicar as terras para quitar as dívidas trabalhistas dos usineiros com eles.

Enquanto desdobramento da prática institucionalizada e formalizada, possível numa conjuntura política relativamente favorável, o encaminhamento de ações dos trabalhadores visando ao respeito à legislação trabalhista foi transformado em

alternativas concretas de acesso à terra de uma das usinas da Região Açucareira de Campos. Redundou assim na exclusão dos trabalhadores agrícolas a ela vinculadas da condição de vendedor da força de trabalho e inserção destes num processo de constituição social como proprietário de terra e produtor agrícola (NEVES, 1997, p. 63-64).

Os antigos trabalhadores rurais do corte da cana que não foram para o espaço urbano, iniciaram o processo de reivindicar as terras ociosas das usinas. Com isso, no começo da década de 1980, começou o processo territorial de reforma agrária no município (NEVES, 1997).

3.2 Campos dos Goytacazes: O Declínio das Usinas e a Reforma Agrária

A reforma agrária é um processo de democratização de terras ociosas, que não respeitam a função social. Segundo Stedile (2012, p. 192), o projeto tem os principais objetivos: a) garante trabalho para todos os trabalhadores rurais sem terras; b) produção de alimentação de qualidade a toda população brasileira, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; c) luta por justiça social e igualdade de direito nos setores da econômica, político, cultural e social; d) preserva os recursos naturais; e) proporciona empregos para todos que queiram trabalhar na terra.

A propriedade ou posse da terra deve estar subordinada ao cumprimento dessa função social. A sociedade brasileira jamais será democrática se persistir o latifúndio, ou seja, as grandes propriedades improdutivas. O latifúndio deve ser eliminado da nossa sociedade.

Para isso, deverá se alterar a atual estrutura de propriedade realizando desapropriação (com indenizações) e expropriações (sem indenização, nos casos de: grileiros, criminosos, cultivos de drogas, contrabandistas, trabalho escravo etc.), para que se garanta o direito de todos trabalharem na terra, e que ela esteja subordinada aos objetivos assinalados. As políticas de reforma agrária devem garantir de fato se produza uma democratização do acesso à terra e da propriedade (STEDILE, 2012, p. 189).

A reforma agrária é uma política para trabalhadores rurais familiares que consiste na principal bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), que tem o intuito de lutar por políticas agrárias, viabilizar o acesso à terra, para produzir e comercializar produtos agrícolas na formação de núcleos de assentamentos rurais (STEDILE, 2012).

Os assentamentos rurais são frutos da luta dos trabalhadores rurais como alternativa importante no fortalecimento de estabelecimentos de produção familiar. Para desenvolver economicamente e socialmente os trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícolas, por meio de políticas governamentais, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO; NORBER, 1996, p. 7-8).

Em Campos dos Goytacazes, os projetos de reforma agrária foram realizados pela organização dos antigos trabalhadores da lavoura da cana, para se reafirmar como agricultores familiares. No Gráfico 1, observamos a distribuição dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro. O município de Campos dos Goytacazes abarca dez assentamentos rurais, seguido por Nova Iguaçu com cinco e Japeri e Magé com quatro.

O número de assentamentos representa a diversidade de agricultores existentes no município. A maioria dos assentamentos foi resultado da desapropriação de propriedades das antigas usinas de cana, mediante a luta dos trabalhadores engajados em movimentos sociais (NEVES, 1997).

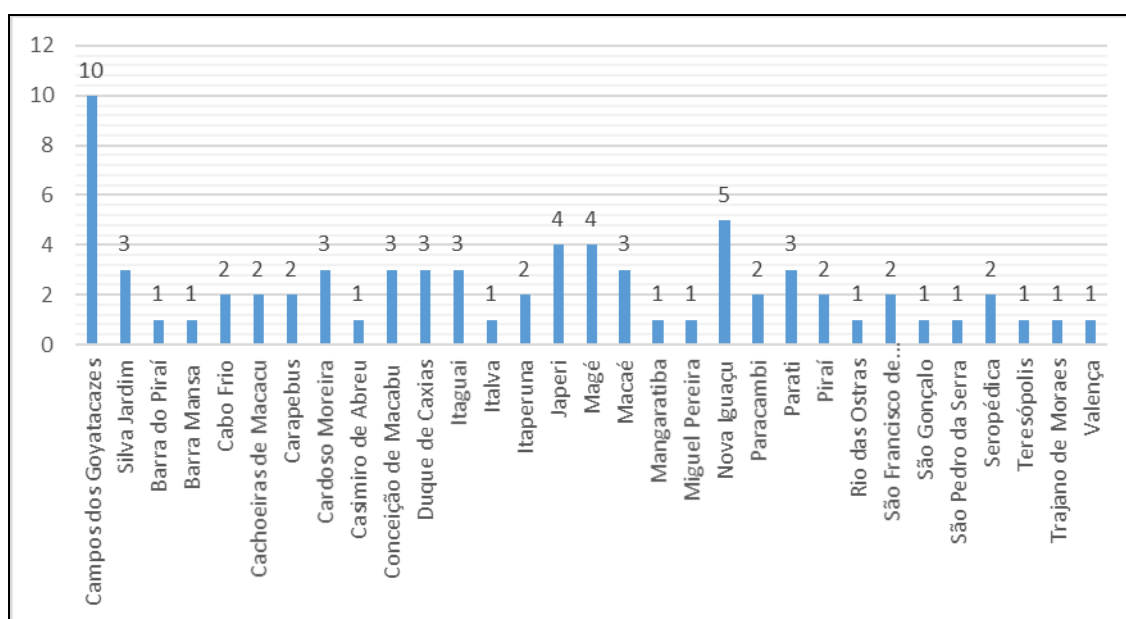


Gráfico 01: Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: INCRA, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O quadro 1 ilustra os dez assentamentos localizados no referido município com as referentes datas de criação. Esses assentamentos são resultados das conquistas dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária no município, que desde o ano de 1987, ano do primeiro Projeto de Assentamento Rural até o ano de 2007, data do último P.A. Aponta um processo contínuo pelo acesso à terra para produção rural. É importante destaca que os

agricultores do assentamento Novo Horizonte, primeiro assentamento do município, foram os responsáveis pela origem da feira da roça - objeto de estudo da pesquisa. Porém, essa informação será melhor explicitada no próximo capítulo.

Nome P. A	Município	Data de Criação
PA NOVO HORIZONTE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	03/12/1987
PA ZUMBI DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES-SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	22/12/1997
PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	28/02/2000
PA ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	05/04/2001
PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	08/08/2001
PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	28/03/2005
PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	28/06/2005
PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	28/03/2005
PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	19/09/2006
PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11/09/2007
10 Assentamentos		

Quadro 2: Número de assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Incra, 2018.

Organização: Thalles Martins

O quadro 2 apresenta os dados da capacidade de famílias e o número oficial de famílias assentadas. Hoje são cerca de 1014 famílias assentadas em todos os assentamentos rurais, que hoje tem terra para produzir e trabalhar. Os dados do Incra implica na importância dessa atividade econômica no município.

Nome P. A	Município	Capacidade	Família Assentadas
PA NOVO HORIZONTE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	300	265
PA ZUMBI DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES-SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	507	492
PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	74	71
PA ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	95	84
PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	58	54

PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	40	39
PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11	12
PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	25	20
PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	35	33
PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	35	34
10 Assentamentos		1180	1104

Quadro 3: P.A com Dados da Capacidade e Famílias Assentadas em Campos, RJ.

Fonte: Incra (2018)
Organização: Thalles Martins

Portanto, a reforma agrária no passado e no presente, é um processo intenso de luta para a democratização das terras campistas. Neves (1997) faz uma observação importante na mudança de vida dos antigos trabalhadores assalariados da cana para conversão em produtores agrícolas depois do acesso à terra.

A despeito de todos os problemas enfrentados, o momento era prenhe de esperança, em contraposição ao trabalho passado, cativo. A alimentação era melhor. A sonhada fartura ia-se consolidando. O tempo e o uso da força de trabalho eram administrados pelos próprios trabalhadores, e o produto do trabalho era por eles apropriado. As dificuldades de implementação do processo de reforma agrária no momento entendido como distribuição do título de propriedade da terra e oferta de crédito produtivo, foram então relativizadas. A reforma agrária foi pensada como modo de vida, uma nova ordem social marcada peça fartura e tranquilidade, situação em processo de gestação social para existência futura. Por efeitos do processo de luta, a propriedade individual da terra estará assegurada oficialmente. Dessa posição, a autonomia será um fato, porque os proprietários de terra poderão se apresentar como legítimos reivindicantes diante das instituições de crédito. Os recursos e os serviços sociais poderão então ser incorporados aos poucos, por efeitos da própria luta e do reconhecimento político. Este então será o momento de realização plena da política de reforma agrária, cuja importância capital e condicional é assegurar o acesso a um lote de terra (NEVES, 1997, p. 270-271).

No contexto atual, o município de Campos dos Goytacazes ocupa um papel central no Norte Fluminense. Estão presentes os principais colégios, universidades, bancos, imobiliárias, hotéis, shopping, entre outros setores de serviços e bens da região (RIBEIRO, 2012).

A partir da década de 1960, declina a indústria do açúcar e tem o início da exploração do petróleo na bacia de Campos. A economia tornou-se baseada na exploração de petróleo, comércio e prestação de serviços. Campos é um dos municípios que mais recebe royalties oriundos das suas bacias petrolíferas no país.

No ano de 2018 segundo o site de transparência da prefeitura, o município arrecadou

313 milhões de reais em royalties das bacias .⁴ Mas, apesar do município ter um valor alto em arrecadação, a questão social não condiz com toda essa riqueza e vive sua contradição. O município enfrenta problemas sérios em relação à oferta de serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico.

3.3 Feira da Roça: Origem e Trajetória

A feira da roça origina-se da necessidade dos produtores rurais e assentados do P.A Novo Horizonte/Imbé no ano de 1990. Na busca de canais para o escoamento da produção agrícola, com isso, houve a organização dos agricultores do assentamento, reivindicando junto a prefeitura um espaço para comercialização. Em 1991, a prefeitura municipal cedeu um espaço localizado na praça da República, para o projeto da feira da roça. Esse incentivo possibilitou aos agricultores familiares, produzirem e comercializarem seus produtos diretamente com os consumidores campistas na praça pública no centro do município.⁵

A prefeitura providenciou na época uma ajuda com um ônibus para o transporte e disponibilizou barracas de estruturas metálicas para os feirantes. Atualmente, a feira é gerida e organizada pela Associação dos Produtores Rurais da Feira da Roça (APROFER) criada em 1996 e com a contribuição da superintendência de agricultura e pecuária do município.

A feira tem aproximadamente 200 agricultores, feirantes e pescadores cadastrados ao longo dos 27 anos de existência. No entanto, a participação efetiva gira em média de 20 a 40 agricultores e feirantes às terças feiras e entre 30 a 50 agricultores e feirantes às sextas feiras.

Na sexta tem maior movimento de consumidores, por ser um dia que antecede ao final de semana, por isso também atrai mais agricultores/feirantes. Os feirantes relataram que pagam uma quantia de R\$ 7,00 para cada dia de feira e um valor de R\$ 15,00 mensalmente, para a manutenção da feira. Esse dinheiro serve para pagar os montadores das barracas e para manter o aluguel do galpão, onde fica guardado a estrutura da feira.

A feira da roça acontece todas as terças e sextas feiras nos horários entre as 7:00 horas às 13:00 horas. Os agricultores chegam antes desse horário para organizar as barracas e os produtos a serem comercializados. A estrutura da feira da roça é montada na noite que se antecede, por pessoas contratadas pelo sindicato. Já durante a noite, é possível observar a mudança na dinâmica do espaço que recebe tal estrutura. Com o início do dia já estão

⁴ Dados retirados do site da prefeitura de Campos dos Goytacazes. < Acesso 11/11/2018>.

⁵ As informações foram extraídas nos dias de trabalho de campo, junto a conversas com os agricultores.

presentes os agricultores e feirantes, aumentando o fluxo circulante no espaço, com a presença dos consumidores e dos feirantes.

Entre os anos de 2010 e 2011, a praça foi interditada para reforma da Rodoviária Roberto Silveira, que fica ao lado da praça e, por isso, a feira da roça foi transferida para antiga praça Alzira Vargas, próxima a Avenida 28 de março. Foi único momento que a feira foi realizada em um lugar diferente da praça da república.

Para obter o direito a uma banca na Feira da Roça, é necessário comprovar que o produto é de qualidade, ou seja, produto sem agrotóxico, o mesmo é avaliado por um técnico agrícola da Prefeitura. Depois o agricultor reivindica uma vaga junto a associação dos produtores da feira da roça. O sindicato organiza a estrutura espacial das barracas e números de agricultores que participam da feira, para manter uma organização de trabalho eficiente. Se o produto for aprovado, basta fazer o cadastro na Secretaria Municipal de Campos, esperar ser chamado e terá uma banca na feira da roça, para comercializar seus produtos.⁶

3.4 Feira da Roça: Resultados da pesquisa empírica

O trabalho de campo foi realizado no mês de janeiro e, posteriormente, no mês de outubro do ano de 2018. O trabalho empírico foi fundamental para conhecer os agricultores e os feirantes que, por sua vez, foram muito receptivos quando perguntados se poderiam realizar a entrevista para monografia. Foram realizadas 30 entrevistas com questionários semiestruturados.

A pesquisa teve como público alvo os agricultores rurais que trabalham na feira. Não realizamos entrevistas com os pescadores, pois envolvem discussões que não estão no escopo desse trabalho.

Observamos, por meio da figura 3, a localização da feira da roça na parte central do município ao lado do terminal rodoviário Roberto Silveira. A figura 3 abarca outras feiras que acontecem nos bairros da cidade de Campos, no total de 06 unidades em bairros distintos.

⁶ Dados retirados da entrevista com o presidente da Aprofer no ano de 2018.

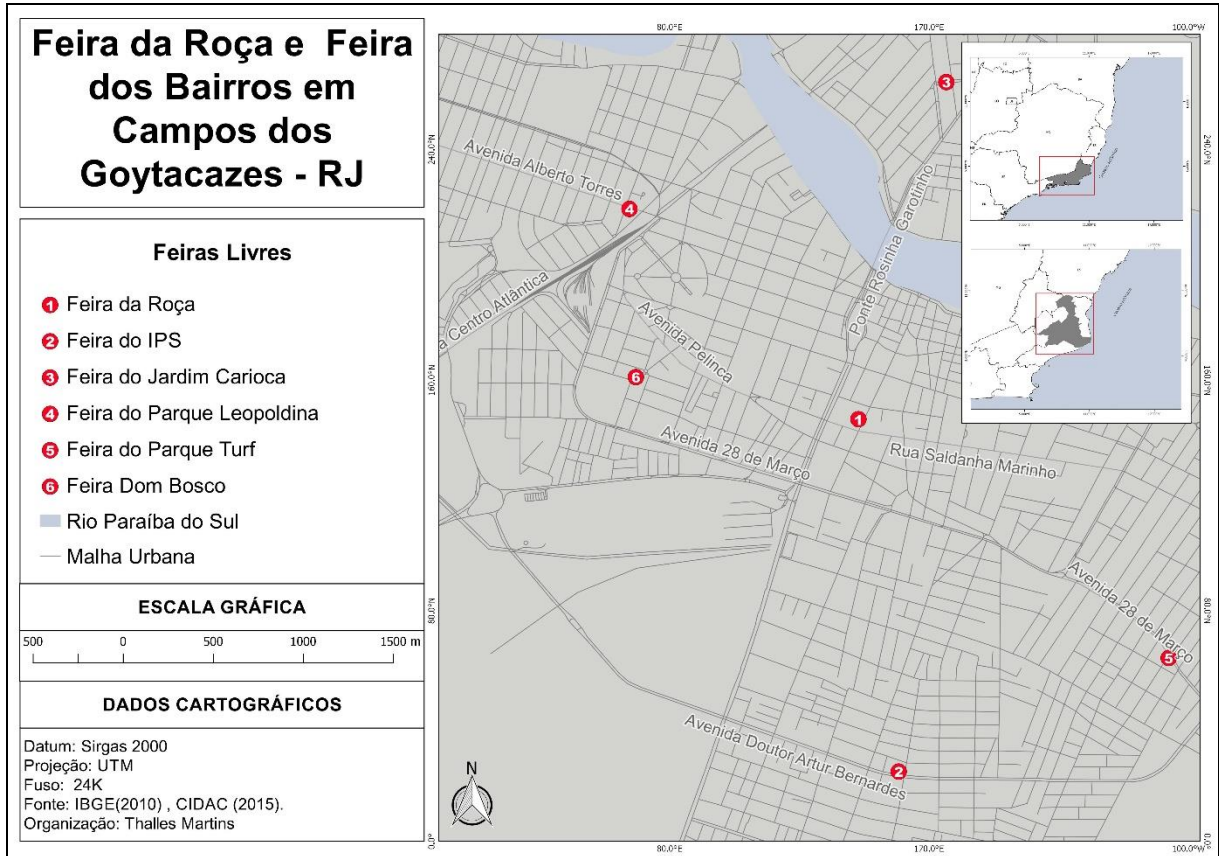


Figura 2: Mapa de Localização da Feira da Roça e das Feiras dos bairros em Campos, RJ.

A feira da roça é muito conhecida na cidade sempre com produtos frescos de ótima qualidade da região. No quadro 4, percebemos a variedade de produtos comercializados: hortaliças folhosas, oleaginosas, frutas, raízes e tubérculos, água de coco, derivados de milho, derivados de leite, bolos, ovos caipiras, frutas e doces caseiros. É interessante notar a presença de produtos tradicionais do município, tais como, carambola, seriguela e caju.

Hortaliças Herbáceas	Hortaliças Frutos	Frutas Cítricas	Frutas Doces	Avicultura
Alface	Abóbora	Abacaxi	Banana Nanica	Frango da Roça
Cebolinha	Jiló	Acerola	Banana Prata	Ovos Caipira
Cheiro Verde	Maxixe	Caju	Mamão	Laticínios
Couve	Pimentão	Laranja	Manga	Queijo da Roça
Hortaliças Raiz	Quiabo	Limão	Frutas Oleaginosas	Leite
Aipim	Tomate	Frutas Semicríticas	Castanha	Derivados
Batata	Tomate Cereja	Carambola	Côco	Colorau
Batata Doce	Cereal	Maracujá		Papa de Milho
Beterraba	Milho	Seriguela		

Quadro 4: Produtos Agrícolas Comercializados na Feira da Roça, 2017.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017

A figura 3, demonstra a parte central da feira da roça e a organização das barracas que ficam uma em frente a outra nas margens da praça, deixando o espaço central para os consumidores transitarem.



Figura 3: Foto da Feira da Roça.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

A figura 4 caracteriza a estrutura das barracas metálicas de verduras e legumes com bancada e proteção. A maioria das barracas é padronizada, mas alguns agricultores e feirantes levam sua própria estrutura para expor seus produtos.

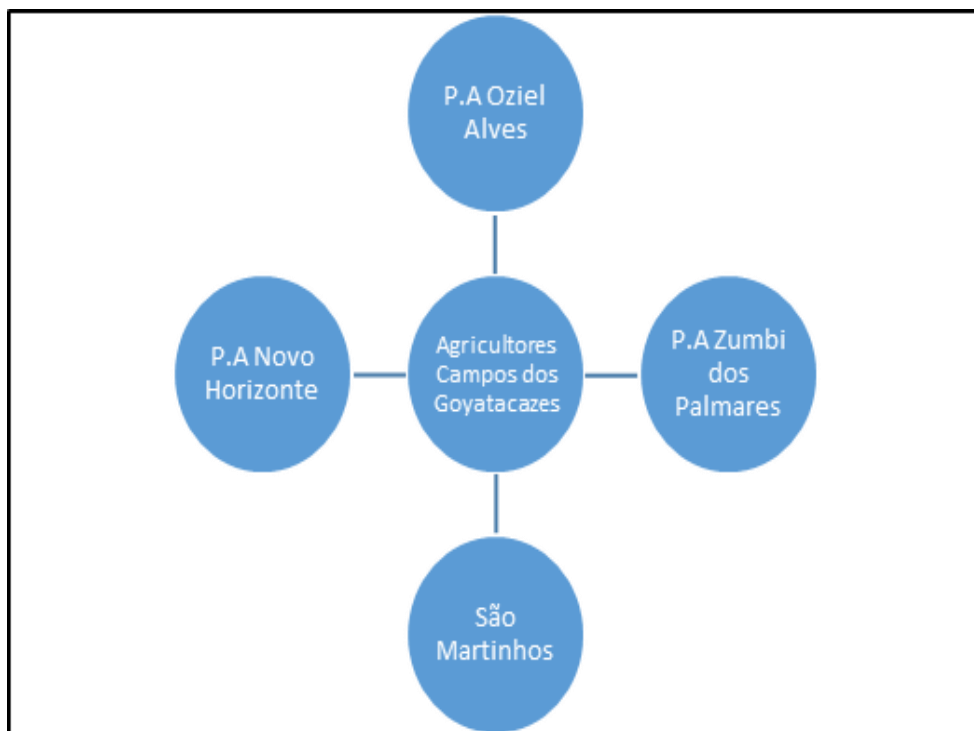


Figura 4: Barraca da Feira da Roça.

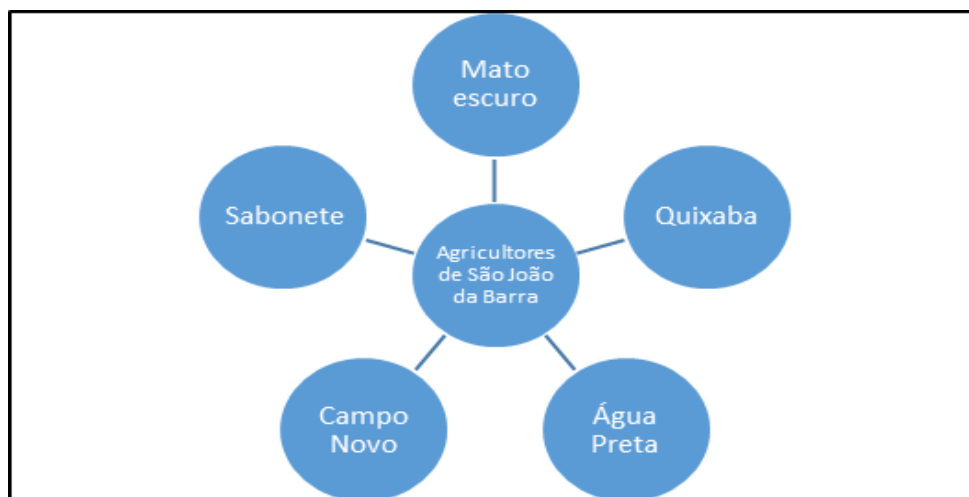
Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

O organograma um mostra a distribuição espacial dos agricultores entrevistados durante a realização do trabalho empírico, que residem no município de Campos. Foram identificados, os agricultores das seguintes localidades: São Martinho, P.A Nova Horizonte/Imbé, P.A Oziel Alves e P.A Zumbi dos Palmares. A maioria dos agricultores de Campos é de assentamentos rurais, expondo importância dos projetos de assentamentos rurais, pois conseguem produzir e comercializar seus produtos na feira da roça.

O organograma 2 estão os entrevistados que são de origem do município de São João da Barra, foram identificadas as localidades citadas: Campo Novo, Água Preta, Mato Escuro, Sabonete e Quixaba. Os produtores de São João da Barra deslocam todas terças e sexta feiras para feira, pois, no município não há uma feira com tanta expressividade como a feira da roça. Os agricultores relataram que a prefeitura disponibiliza um ônibus para os que não têm um meio de transporte próprio.



Organograma 1: Localização dos agricultores que trabalham na feira da roça que residem em Campos dos Goytacazes, RJ.



Organograma 2: Localização dos agricultores que trabalham na feira da roça que residem em São João da Barra, RJ.

O gráfico 2 apresenta o grau de escolaridade dos entrevistados. Dos 30 entrevistados, 13 cursaram do C.A ao ensino fundamental incompleto (quinto ano), 11 dos entrevistados estudaram do sexto ao nono ano e seis chegaram a cursar o ensino médio, mas não concluíram. Portanto, nenhum dos entrevistados concluiu o ensino médio. Foi relatado pelos entrevistados que nas áreas rurais do município sempre foi difícil o acesso à escola, pois a maioria das escolas fica na sede do município. E até hoje, os filhos mais novos dos entrevistados, muitas das vezes têm que se deslocar do campo para as escolas localizadas no centro do município.

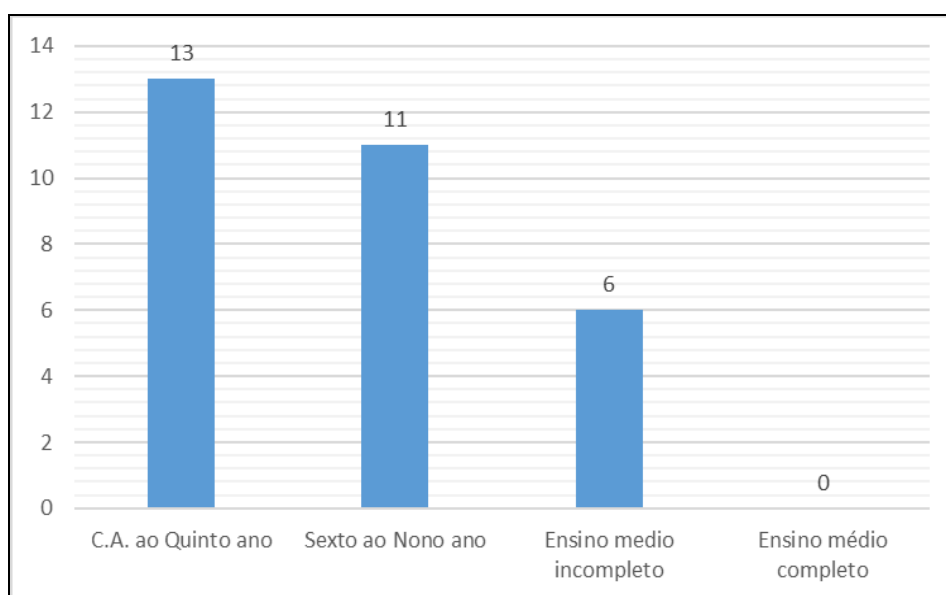


Gráfico 02: Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.
Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 3, representa o estado civil dos entrevistados, dos 30 entrevistados 22 são casados e oito são solteiros.

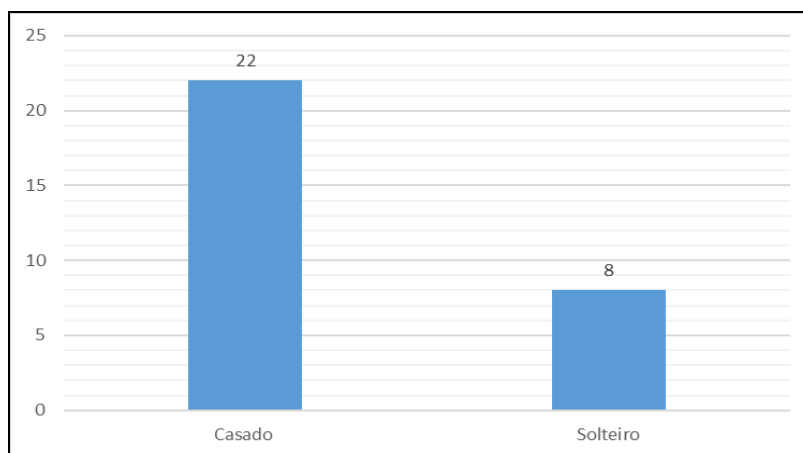


Gráfico 03: Estado civil dos agricultores entrevistados.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

A partir do gráfico 4, observamos que a família está na gestão e na organização das barracas. Dos entrevistados, três falaram que trabalham com as mães, seis dividem a atividade da venda com os filhos ou filhas que são maiores de idade. A maior porcentagem é a participação do casal, chefe da família e conjugue. Cinco responderam que trabalham com o pai. No trabalho de campo, constatamos que há predominantemente a participação direta nas barracas de duas pessoas. Os entrevistados relataram a importância a família na participação da feira -pai, mãe, filhos, e esposos e esposas.

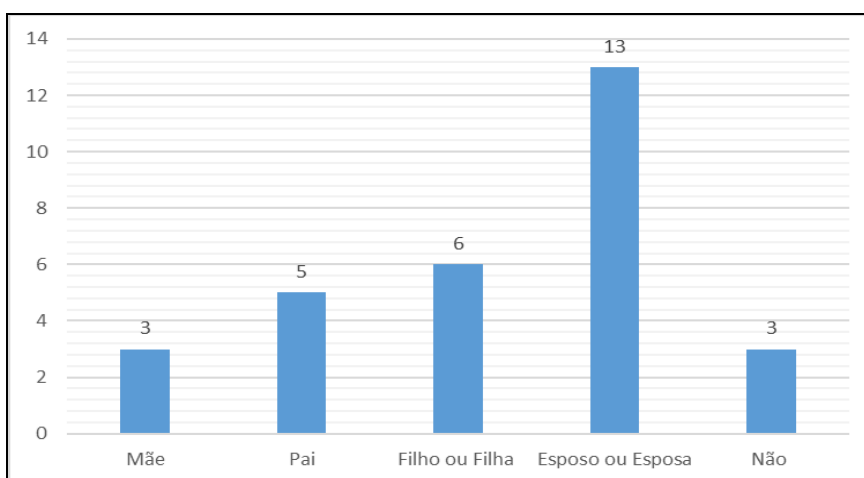


Gráfico 04: Familiares dos agricultores entrevistados que trabalham na Feira da Roça.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 5 apresenta a distribuição dos entrevistados por anos de trabalho na feira da roça, sendo em média 11 anos de trabalho. Fica notório no gráfico 5, que tem uma variação de tempo dos agricultores que trabalham na feira, alguns com 27 anos de feira desde os seus primórdios e outros participam há 1 ano. Os entrevistados mais antigos relataram que sempre foram ligados à atividade agrícola, vindo de famílias de áreas rurais do município. Os mais novos são filhos de agricultores, que trabalhavam em outros setores, mas com a recessão econômica do país ficaram desempregados e foram trabalhar com os parentes na feira da roça.

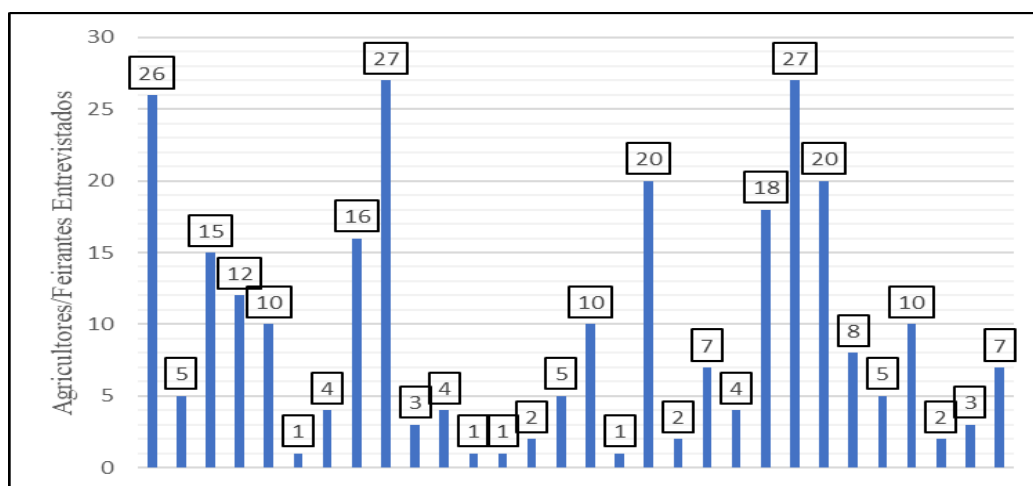


Gráfico 05: Tempo de trabalho dos entrevistados na Feira da Roça

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.
Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 6 ilustra a renda mensal que os agricultores recebem pela comercialização dos produtos na feira. Dos 30 entrevistados, 23 responderam que a geração de renda era aproximadamente de um salário mínimo (R\$ 954,00) e sete falaram que a renda girava ao redor de 2 salários mínimos (R\$ 1908,00). Os entrevistados mencionaram que a renda é satisfatória, pois na feira tem total autonomia na hora de comercializar os seus produtos. A renda auferida na feira está diretamente atrelada a variedade e a quantidade de produtos, ou seja, quanto maior a variedade, conseqüentemente, maior a renda obtida. A localização da barraca não é um critério para diferenciar o valor da renda.

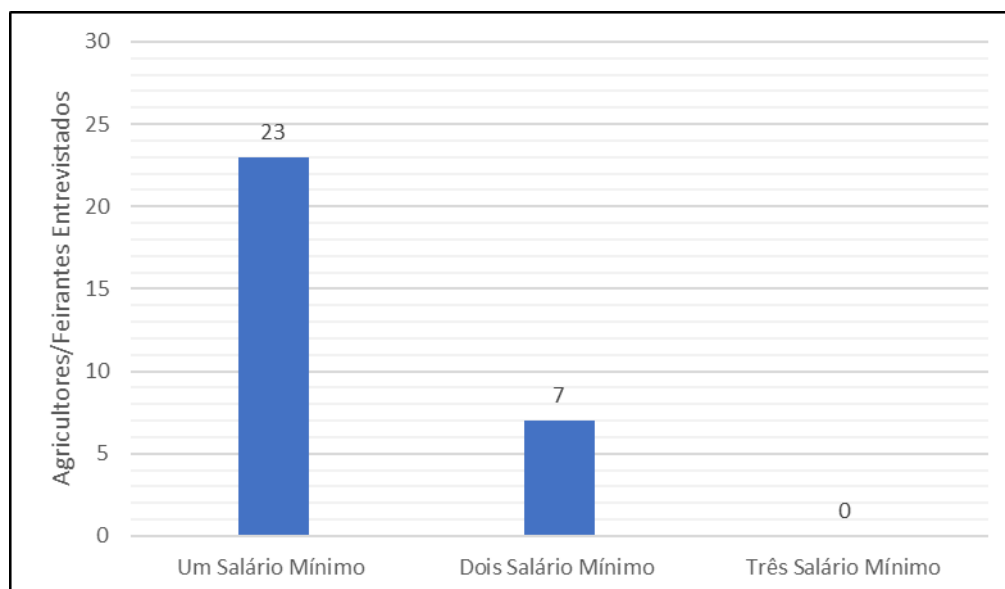


Gráfico 06: Renda Proveniente da Feira da Roça por mês.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

No gráfico 7 há o resultado sobre as demais fontes de renda dos entrevistados. Do total, 6 (20%) são aposentados e recebem mensalmente, via INSS, uma renda de transferência social no valor de 1 salário mínimo. Em 7 (23%) dos entrevistados, relataram que outro canal de comercialização, com a venda em mercados locais perto de seus lotes. Em 17 (57%) dos agricultores entrevistados, a renda é unicamente da comercialização na feira da roça.

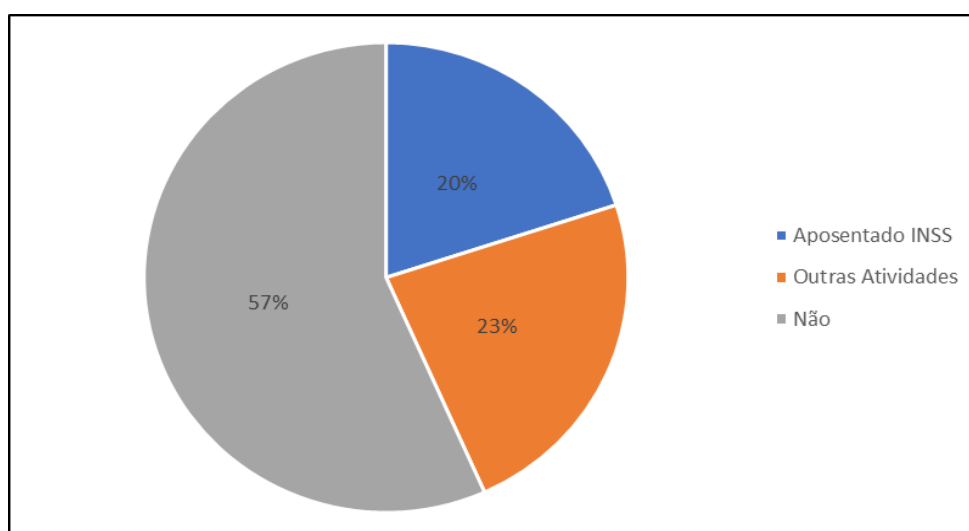


Gráfico 07: Outras rendas dos entrevistados na feira da roça.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 8 expõe a questão sobre a produção dos produtos comercializados na barraca

da feira da roça. Do total, 20 (80%) dos entrevistados responderam que todos os produtos são produzidos por suas famílias, ressaltando a diversificação da agricultura familiar. Em 10 (20%) entrevistados, há a aquisição de produtos para revender. Isso foi justificado pela baixa quantidade de produtos que obtiveram e pela possibilidade de auferir um retorno financeiro maior. Eles disseram que compram os produtos de agricultores pertos da sua residência.

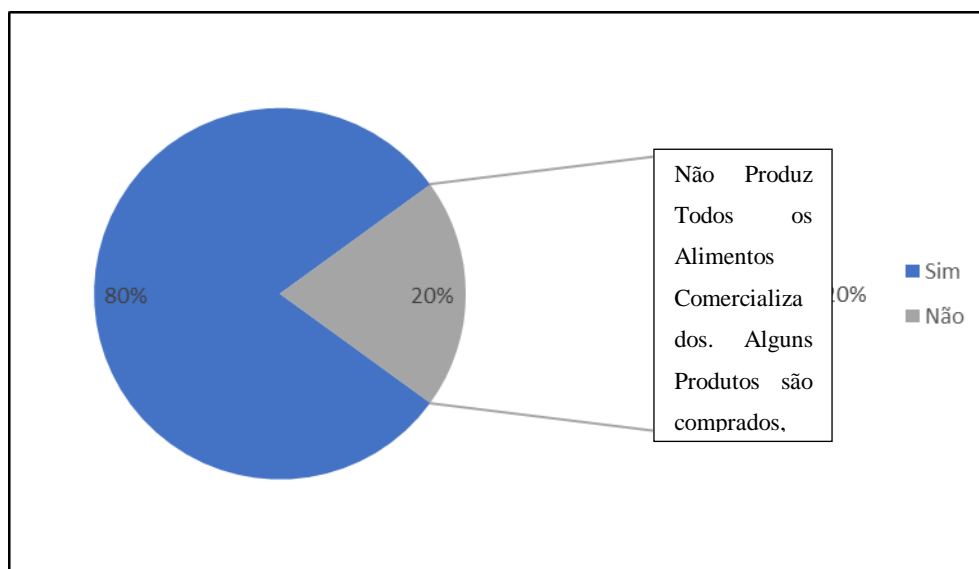


Gráfico 08: Se produz todos os produtos comercializados na Feira da roça.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 9 traz a questão da utilização de produtos químicos na produção. Em três casos, os entrevistados responderam que utilizam produtos químicos na produção comercializada na feira da roça. Eles relataram que normalmente não utilizam, mas pela falta de chuva necessitaram usar tais produtos para não perde a produção. Em 27 dos entrevistados, a resposta foi negativa quanto ao uso de agrotóxicos ou qualquer produto químico. A feira da roça tem essa característica de produtos mais naturais em comparação aos supermercados do município.

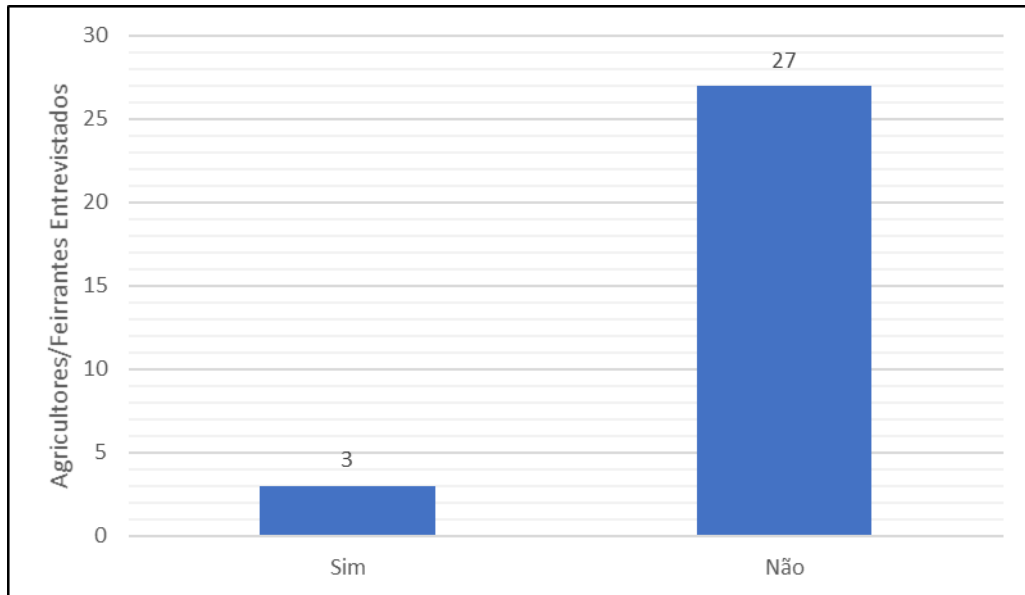


Gráfico 09: O agricultor(a) Utiliza Algum Tipo de Pesticida/Agrotóxico na Produção.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017

Org: Thalles Martins (2018).

No gráfico 10, constatamos que 17 agricultores responderam que não usavam nenhum tipo de maquinário na produção, por que não necessitam de máquinas para produção agrícola em seus lotes. Em contrapartida, em 13 entrevistados, há o uso de maquinários na propriedade, como tratores, arados mecânicos etc. Alguns relataram que as vezes alugam na sua localidade com outros agricultores, para ajudar na produção.

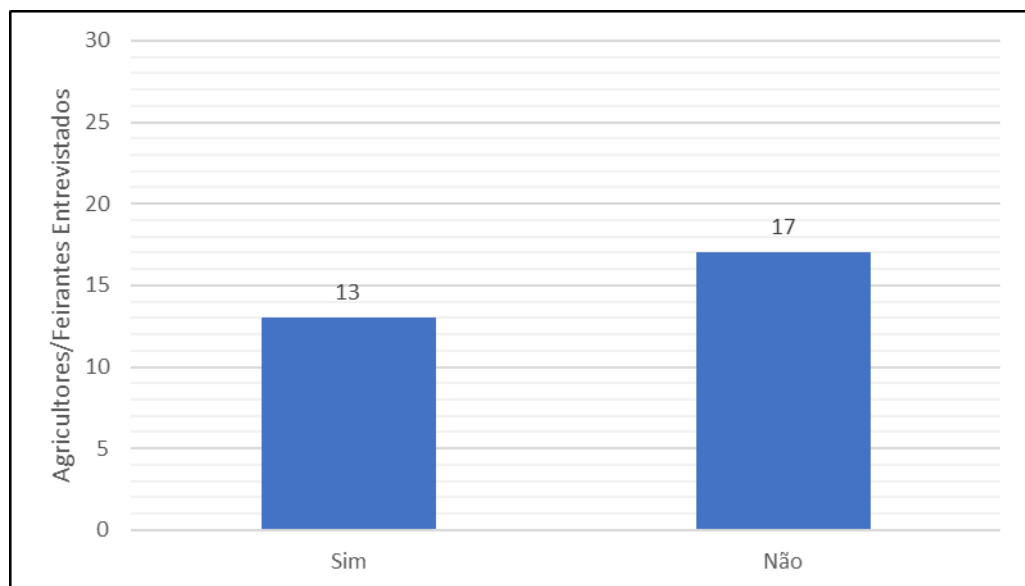


Gráfico 10: O Agricultor utiliza Algum Maquinário na Produção.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 11 mostra a participação dos agricultores entrevistados no acesso a algum programa governamental. Do total, 16 (47%) dos agricultores já tiveram experiência de comercialização junto ao Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes, por sua vez, são assentados da Reforma Agrária. Os entrevistados compartilharam em suas falas que já participaram desses programas e foi benéfico para obter uma renda extra junto ao orçamento familiar. Atualmente, esses agricultores entrevistados não participam, pois, toda sua produção é escoada para ser comercializada na feira da roça. Relatando, que as principais dificuldades de comercialização nos programas são a grande demanda por agricultor e o transporte regula para o programa. O que dificulta o acesso a esses programas institucionais, é principalmente a falta de organização entre agricultores do município em cooperativas, que facilita o acesso dos agricultores aos projetos institucionais tanto de um lado burocrático como na relação de produção e escoamento.

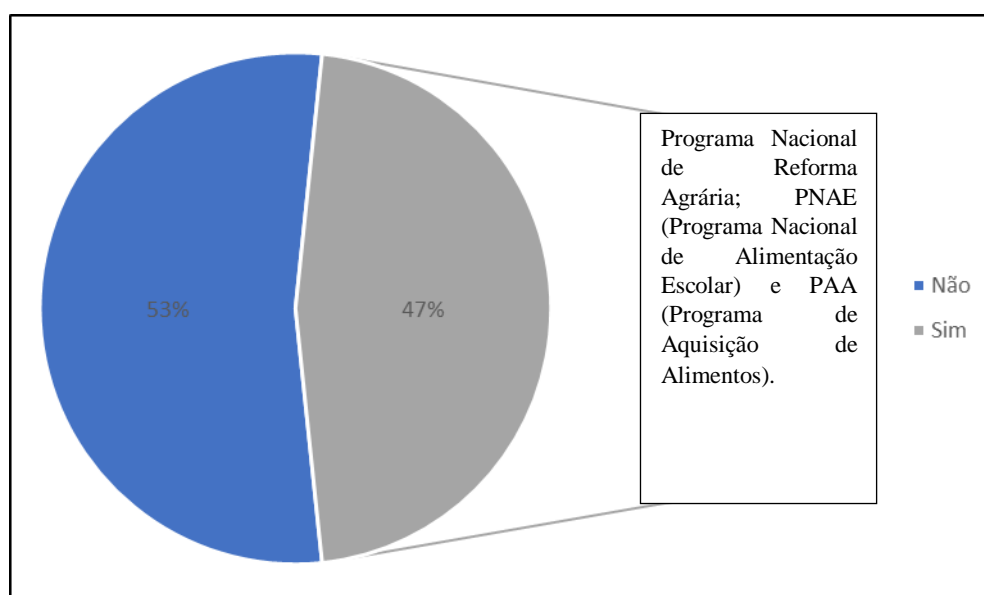


Gráfico 11: Número de agricultores beneficiário de algum programa governamental.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

O gráfico 12 apresenta as principais dificuldades mencionadas pelos entrevistados em relação ao trabalho na Feira da Roça. Ao questionar as dificuldades enfrentadas pelos entrevistados, 14 responderam a falta de estacionamento tanto para eles como para os consumidores. Em dois casos, a dificuldade foi o transporte para feira, pois são feirantes que não tem veículo próprio, ocasionando obstáculo para chegar na feira. Já para sete

entrevistados, a dificuldade maior é em relação a estrutura da barraca que foi cedida pela prefeitura, por ser antiga e em dias de chuvas, a situação fica ainda pior, pois não oferece o mínimo de estabilidade e segurança. Em sete entrevistados, as dificuldades não foram mencionadas.

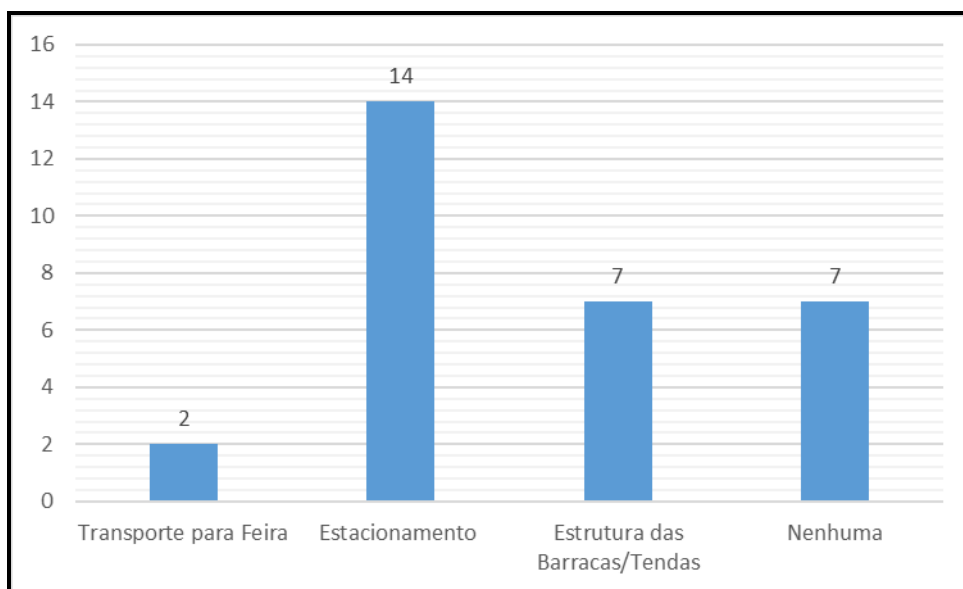


Gráfico 12: Principais Dificuldades em Trabalhar Na Feira da Roça.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

No gráfico 13 constatamos que cinco agricultores mencionaram a perspectiva de ter um espaço fixo para realizar a comercialização todos os dias. Eles relataram que a prefeitura estava articulando um espaço situado em frente ao mercado municipal no centro da cidade, toda via, o projeto não está mais em andamento. Esse projeto iria reunir todos os feirantes da feira da roça e das feiras nos bairros de maneira fixa.

Para 14 entrevistados, enfatizaram de novo a falta de estacionamento para os agricultores e consumidores e quando os agricultores estacionam em um local que não tem permissão da prefeitura são multados. A principal sugestão dos entrevistados seria estabelecer vagas existentes ao lado da feira exclusivamente para os feirantes. Para 11 entrevistados, a melhoria nas barracas com materiais mais resistentes seria fundamental.

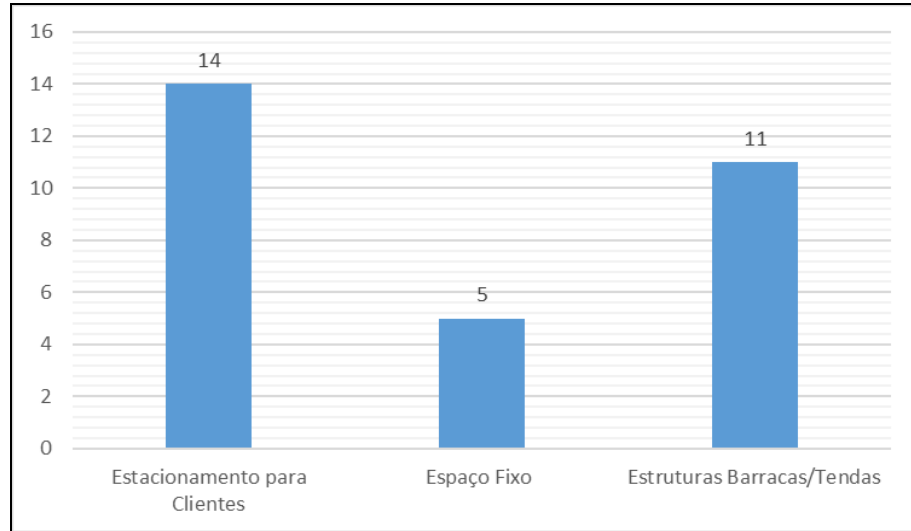


Gráfico 13: Para o Agricultor(a) o que Poderia Melhorar na Feira da Roça

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

Como registrado no gráfico 14, a maioria, 20 (80%), não trabalha em outras feiras do circuito de feiras nos bairros de Campos dos Goytacazes. Em 10 (20%) dos entrevistados, há também a participação nas feiras dos bairros - Igreja do Saco, do IPS e do Dom Bosco. Os agricultores que trabalham em outras feiras responderam que a opção em trabalhar nas demais feiras permite auferir uma renda extra nos valor mais ou menos de 200\$ a 300 \$ reais por mês.

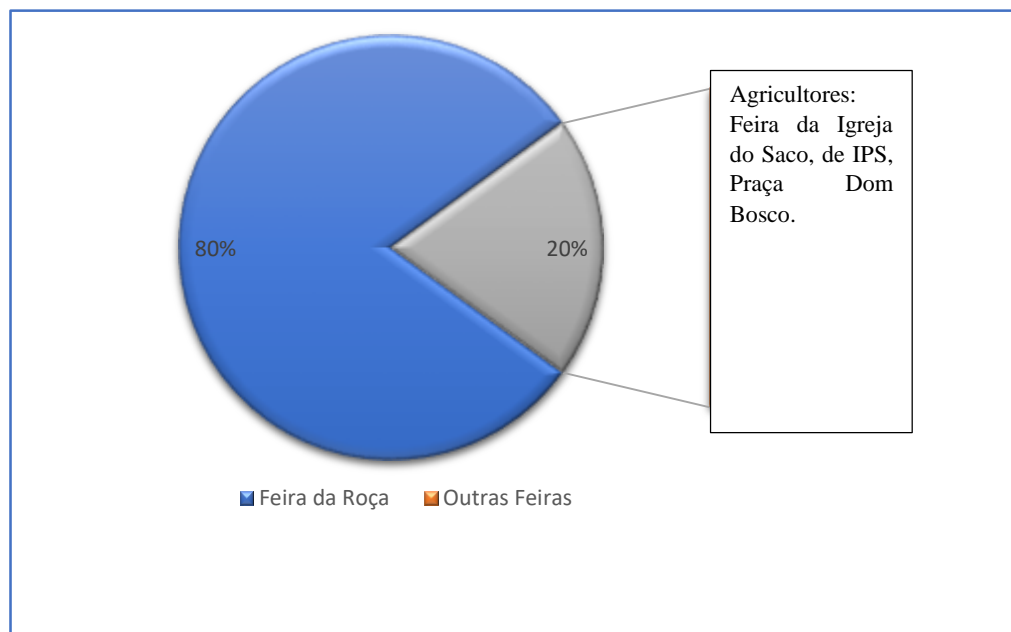


Gráfico 14: O Agricultor(a) trabalha em outras feiras.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org: Thalles Martins (2018).

Os resultados da pesquisa empírica, expostos nesse capítulo, revelam a importância que a feira da roça tem para o desenvolvimento econômico e social para os agricultores familiares que trabalham nela. Observando os dados que as entrevistas nos revelaram, retrata o espaço da feira da roça, organizado pelo sindicato Aprofer, como lugar de renda familiar em uma estrutura bem organizada com uma grande oferta dos mais diversificados produtos agrícolas. Sendo um lugar tradicional no município de Campos dos Goytacazes ao longo dos seus 27 anos de existência.

Em suma, para entender a relação da agricultura familiar com os mercados, busco se em compreender as diferentes dinâmicas que envolve a construção social e econômica na organização de feiras. A feira da roça envolve uma dimensão espacial do cotidiano, é um espaço de prática que reúne vários sujeitos neste espaço de relações comerciais. Os sujeitos são os mais diversos: agricultores e feirantes, consumidores, os empregados das barracas, transportadores de produtos, fiscais da prefeitura, pesquisadores de diversas faculdades etc. Os agricultores locais resistem neste espaço, na busca de renda e autonomia no ato da comercialização direta de seus produtos.

Considerações do Trabalho

As análises desenvolvidas neste trabalho permitem refletir sobre a feira da roça para além de ser um espaço mercantil de relações econômicas. Também é uma manifestação social e cultural local da planície Goytacá. A feira da roça tem o apoio dos frequentadores e da prefeitura, pois se tornou um local de encontro, para fazer compras dos diferentes tipos de produtos, oferecendo alimentos típicos da região, tais como, seriguela, acerola, cana cortada, entre outros.

É relevante destacar que a reprodução econômica e social da agricultura familiar não está associada unicamente às trocas mercantis, mas também depende da produção de subsistência, das relações de coletividade e de redistribuição presentes na feira. Destacando uma renda de um a dois salários mínimos para cada barraca de agricultores.

A feira da roça foi primeira feira da agricultura familiar em Campos que, ano de 2018, completa 27 anos de existência. Hoje, a cidade possui um circuito de feiras que surgiu a partir da feira da roça. Este circuito curto de comercialização proporciona o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares, pois todos os produtos comercializados são de produtores locais. As feiras são coordenadas pela prefeitura no projeto canais de comercialização locais, junto a Aprofer que mantém a organização de todas as feiras que acontecem na cidade. Devido organização do sindicato os agricultores reivindicaram outros locais para organização de feiras, gerando mais empregos e rentabilidades para as famílias que vivem de sua produção agrícola.

O papel da prefeitura é determinante, por meio de políticas agrícolas que podem levar melhorias na organização de trabalho, no acesso à terra e no acesso aos diferentes tipos de mercados. Embora o foco da pesquisa tenha sido a feira da roça, como um canal de comercialização, de relação mercantil. Agricultura não é só um negócio, no sentido da geração de lucro e commodities, mas um modo de vida, um espaço da vida (WANDERLEY, 1996).]

Observamos no decorrer do trabalho, os anos de luta dos agricultores do município por autonomia dentro da produção e comercialização de seus produtos. Desde do começo da reforma agrária, com a implementação do primeiro Assentamento rural no município, até os dias de hoje com a feira da roça e as feiras dos bairros como projetos consolidados e bem estruturados na cidade, enxergamos o processo histórico do ardor trabalho de diferentes famílias de agricultores que hoje ainda resistem nos espaços públicos do município de

Campos dos Goytacazes, comercializados os produtos oriundos da região semanalmente com muita luta e amor.

Referenciais bibliográficas

BAVA, S. Circuitos curtos de produção e consumo. In. BARTELT, D. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Hirich Böll Foudation, 2012, p. 178-188.

BERGAMASCO, S. M.; CABELLO, L. N. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CASSOL, A; BRASIL, N. S. ; SCHNEIDER, S. Mercados imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Política & Sociedade**. Santa Catarina, v. 15, p. 314-346, 2016.

CASSOL, A; SCHNEIDER, S. . Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**. São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015.

DOLZANI, M.; JESUS, G. M. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72-87, agosto. 2008.

DOURADO, J. A. L. Feiras livres e reprodução camponesa; interfaces na relação campo-cidade. In: **XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 2012, Uberlândia. Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-11.

FERREIRA, D. J.; SANTOS, M. S.; SANTOS, R. L. A feira livre como alternativa de geração de renda para a agricultura familiar no município de Santo Estevão-Ba. In. **Congresso Iberoamericano de estudos territoriales y ambientales**. p. 685-699, 2014.

GONÇALVES, R. L. **A atuação da comissão pastoral da terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) –Viçosa, 2012.

GRIMM, I.J.; SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M. Encadeamento ecossocioeconômico gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). **Novos Cadernos Naea**. Pará, v. 21, p. 35-56, 2018.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIM, A. M. ; DISABBATO, A. . Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 50, p. 351-370, 2012.

HESPANHOL, R. A. M; COSTA, V. M. H. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. **Do Natural, do Social e de suas Interações - visões geográficas**. Rio Claro: AGETEO, 2002. p. 157-173.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MOREL, A.P.S.; REZENDE, L.T.; SETTE, R.S. Negócio feira livre: análise e discussão sob a perspectiva do feirante. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria, v. 22, p. 43-57, 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança Alimentar e Nutricional de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/paa>> Acesso em 03 de junho de 2018.

NEVES, D.P. **Assentamentos Rurais: reforma agrária em migalhas**. Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v.1, n. 23, p. 4-18, 2012.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos: Ed. do Autor, 1995.

RIBEIRO, M. A. C. Transformações Sócio-econômicas e Mudanças na Rede de Localidades Centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966 - 2007). **Espaço e Economia**, v. 1, p. 1-10, 2012.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P.E.M. **Histórico, Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

SEPULCRI, O. TRENTO, E.J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas.** Instituto Emater, p. 28, 2010.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo, RS: Editora UPF, 1996.

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
NÚCLEO DE ESTUDOS RURAIS E URBANO**

Questionário aplicado com os Feirantes da Feira da Roça

1. Nome: _____
2. Data: _____ Sexo: F () M () Escolar: _____
3. Estado Civil _____ Naturalidade _____
4. A onde o senhor (a) reside? _____
5. Quantas pessoas moram na sua casa? _____
6. Há quanto tempo é feirante? _____ Sempre foi feirante? _____
7. Quanto tempo trabalha na Feira da Roça? _____
8. Tem mais alguém de seu familiar que trabalha na Feira da Roca? Quem? _____
9. O senhor (a) tribal em outras feiras? 1 () Sim 2 () Não
10. Quais? _____
11. A barraca que trabalho é sua? _____ Paga para usá-la? 1 () Sim 2 () Não. Qual o valor Pago (mensal/semanal)? _____
12. Em quais dias da semana o senhor (a) tribal em outras feiras da cidade?

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
---------	-------	--------	--------	-------	--------	---------

13. Em média qual a renda mensal resultante da venda an feira da roça?

A - 01 salário mínimo	B - 02 salários mínimos	C - 03 salários ou mais
-----------------------	-------------------------	-------------------------

14. O senhor (a) tem outra renda que não seja proveniente da feira 1 () Sim 2 () Não Qual? _____
15. O senhor (a) exerce outra atividade remunerada diferente de comercialização na feira? _____
16. O senhor (a) é: (1) agricultor familiar e feirante (2) feirante (3) agricultor familiar
17. Caso seja somente feirante de onde e/ou de quem compra os produtos que comercializa em sua barraca? _____

18. Quais produtos o senhor (a) vende em sua barraca na Feira da Roca?

A – Frutas

B - Verduras

C – Laticínios

D – Aves

E - Carne

F – Peixes

G - Artesanatos

H – Outros

19. Em caso de ser feirante e agricultor ou só agricultor

19.1. O que produz para vender na feira?

19.2. O que produz, mas não vende na Feira da Roça? Por quê?

20. O senhor (a) utiliza na produção algum tipo de “remédio” /veneno para produzir? 1

() Sim 2 () Não

Qual? _____

21. O senhor (a) utiliza algum maquinário no processo de produção? 1 () Sim 2 ()

Não Qual? _____

22. O senhor (a) tem ajuda da familiar an hora da produção ou da comercialização? 1 ()
Sim 2 () Não De quem? _____